

UMA POLÍTICA DE DESBASTE PARA A BIBLIOTECA DO ICS/UL

Carlos Manuel dos Santos Alves Ferreira Faísca

Uma política de desbaste para a Biblioteca do ICS/UL

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Informação
e da Documentação**

(SETEMBRO, 2010)

Nota: Carlos Manuel Faísca, Uma
política de desbaste para a Biblioteca
do ICS/UL



Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação – Área de Especialização em Biblioteconomia realizado sob a orientação científica de

Ana Maria Martinho e Luís Nuno Espinha da Silveira

À minha família, que sempre me apoiou, e à Ana

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a um conjunto de pessoas que me acompanharam de alguma forma em todo este processo.

À Dra. Ana Maria Martinho, pela paciência e disponibilidade que sempre demonstrou para esclarecer as minhas dúvidas e me apontar o caminho certo.

Ao Prof. Dr. Espinha da Silveira agradeço por acompanhar a elaboração do presente trabalho.

Agradeço à Dr.^a Paula Costa e à Dr.^a Elvira Costa, assim como às restantes técnicas da Biblioteca do ICS/UL, por me receberem na sua instituição e pelo apoio inestimável e sempre presente que me prestaram no decorrer do estágio.

A um nível mais pessoal, gostaria de agradecer a um conjunto de pessoas excepcionais, tanto a nível científico como humano, que conheci no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ao Prof. Dr. Jaime Reis, à Prof. Dr.^a Leonor Freire Costa e, especialmente, à Doutora Conceição Andrade Martins, pois estimo imenso a forma como sempre me tratou.

À minha família, aos presentes e aos já desaparecidos, onde incluo avós, tios e primos, mas sobretudo, aos meus pais, que sempre me apoiaram, ao longo de toda a minha vida, de forma incondicional e absolutamente altruísta, sem nada pedir em troca. Finalmente, a duas pessoas muito queridas e especiais, dotadas de uma rara inteligência, e que este ingrato país, corrompido pelos piores motivos, tarda em reconhecer, pelo menos, ao nível que lhes é merecido. Refiro-me ao Doutor Rui Faísca Pereira, meu primo, que reviu parte deste trabalho e à Dr.^a Ana Isabel Silva, que criticou e reviu todo o relatório de forma minuciosa, apesar do pouco tempo disponível, por ela própria estar a braços com imensos projectos da mais elevada pertinência científica. Ela sabe quanto a admiro profundamente intelectualmente mas também como pessoa, companheira, e expectavelmente da minha parte, esposa. A todos o meu eterno agradecimento.

RESUMO

UMA POLÍTICA DE DESBASTE PARA A BIBLIOTECA DO ICS/UL

CARLOS MANUEL DOS SANTOS ALVES FERREIRA FAÍSCA

PALAVRAS-CHAVE: Desbaste, Gestão de Colecções, Bibliotecas Universitárias, Biblioteca do ICS/UL

Este relatório de estágio estuda o desbaste com o objectivo final da definição de uma política de desbaste para a colecção de monografias da Biblioteca do ICS/UL.

A primeira parte consiste na revisão da literatura sobre o desbaste; a segunda, tem um carácter empírico, através do estudo da ocupação actual do espaço na Biblioteca do ICS/UL e da avaliação das colecções de monografias. Como consequência natural, e de acordo com os estudos previamente realizados, surge então a definição de uma política de desbaste, onde se encontram definidos, entre outras questões, os critérios de desbaste. Dentro da mesma lógica de trabalho, são elaboradas sugestões sobre o destino dos itens alvo de desbaste. São também abordadas outras vertentes do âmbito da gestão de colecções e que podem influenciar decisivamente o desbaste, como a gestão de doações e a política de aquisições.

ABSTRACT

UMA POLÍTICA DE DESBASTE PARA A BIBLIOTECA DO ICS/UL

CARLOS MANUEL DOS SANTOS ALVES FERREIRA FAÍSCA

KEYWORDS: Weeding, Collections Development, Academic Libraries, Library of ICS/UL

This report studies the weeding process in a general way, with the final aim of defining a weeding policy for the collection of monographs of the Library of ICS / UL.

The first part consists in a literature review about weeding; the second, of empirical nature, consists in studying the current occupancy of space in the Library of ICS / UL and evaluation it's collections of monographs. The outcome of this studies are the definition of a weeding policy, where we can find, among other issues, the chosen

criteria for weeding. Along the same lines of work suggestions are made on the final destiny of the items weeded. Finally, there is an approach about other aspects in the area of collection management and that can decisively influence the weeding process, such as the management of donations and the acquisitions policy.

Índice

1. Introdução	9
2. História e situação actual do desbaste	11
2.1 Conceito de desbaste	11
2.2 América do Norte	13
2.3 França	18
2.4 Espanha	20
2.5 Portugal	21
3. A Biblioteca do ICS/UL	22
3.1 Caracterização	22
3.2 Política de aquisições	24
3.3 Necessidade de uma política de desbaste	25
3.4 Exaustão da Biblioteca	26
3.4.1 Crescimento da colecção	26
3.4.2. Espaço disponível em livre acesso	28
3.4.3. Espaço disponível em depósito	29
3.4.4. Conclusões	30
3.5 Periódicos	30
3.6 Doações	31
4. Recolha de dados e metodologia	33
4.1 Avaliação da colecção	33
4.1.1 Colecção de monografias da Biblioteca do ICS/UL	34
4.2 Escolha da amostra	35
4.3 Recolha de dados	40
4.4 Desbaste em outras bibliotecas portuguesas	41

<i>4.4.1 Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian</i>	42
5. Desbaste	44
<i>5.1 Critérios de desbaste</i>	44
<i>5.1.1 Utilização/Circulação</i>	44
<i>5.1.2 Autor/Editor</i>	46
<i>5.1.3 Idade/Data de publicação</i>	46
<i>5.2.4 Data de aquisição</i>	48
<i>5.2 Aplicação dos critérios de desbaste</i>	49
<i>5.3. Redundância</i>	52
<i>5.3.1 Como podem surgir títulos redundantes</i>	53
<i>5.3.2 O caso da Biblioteca do ICS/UL</i>	53
<i>5.3.3 Que política adoptar?</i>	54
<i>5.4 Obras de referência</i>	56
6. Após o desbaste	57
<i>6.1 Avaliação do desbaste</i>	59
7. Destino dos itens desbastados	59
8. Conclusão	62
9. Bibliografia	64
10. Anexos	67

1. Introdução

O tema do presente relatório de estágio é o desbaste, mais precisamente a definição de uma política de desbaste de monografias aplicada à Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL). A escolha deste tema surgiu após a frequência da disciplina de Prática Profissional em Biblioteconomia na Biblioteca do ICS/UL, onde diagnosticamos a necessidade urgente da realização de uma política, para que a Biblioteca possa em seguida elaborar um plano de desbaste e proceder à execução do mesmo.

A nível internacional, este tema foi abordado em diversas ocasiões, existindo várias obras publicadas dedicadas exclusivamente ao desbaste, de autores como *Stanley Slote (1997)*, *Claudine Lieber e Françoise Gaudet (1996)* ou *Jeanette Larson (2008)*, entre outros. Também existem alguns artigos em periódicos científicos especializados em Ciências da Informação, dos quais destacamos *Weed to Achieve: A Fundamental Part of the Public Library Mission?* publicado na *Library Collections, Acquisitions, & Technical Services* em 2003 da autoria de *Juris Dilevko e Lisa Gottlieb*. Tratando-se de um tema teórico-prático, tem sido habitual na bibliografia internacional a escolha de uma abordagem nesta lógica, com uma parte inicial dedicada à teoria, à qual se segue a demonstração ficcional da aplicação de um plano de desbaste.

Já a nível nacional, não conseguimos descortinar qualquer bibliografia sobre o tema por nós escolhido, com excepção de pequenas referências ocasionais, mas que pouco acrescentam ao conhecimento sobre o desbaste.

Esta realidade, naturalmente, reflecte-se a um nível prático. Assim, nas bibliotecas de diversos países do “mundo ocidental”, como Espanha, França, Estados Unidos da América ou Canadá, o desbaste é uma prática absolutamente habitual, e quase sempre podemos encontrá-lo descrito num documento interno onde estão definidos os seus principais critérios e procedimentos. Contudo, em Portugal o desbaste não é uma prática comum, já que a grande maioria das bibliotecas não possui qualquer política escrita de gestão de colecções que inclua o desbaste e, inclusive, muitas oficialmente não praticam qualquer tipo de desbaste.

O desbaste, parte integrante de qualquer política de gestão de colecções, actua de forma a retirar itens que se encontram desajustados dos objectivos, das colecções e dos

utilizadores de uma biblioteca. Pretende-se com esta operação técnica tornar a biblioteca mais atractiva e funcional para o público, libertar espaço para novas aquisições e reduzir custos profissionais e económicos com itens que por qualquer motivo deixaram de servir o propósito para o qual foram adquiridos.

Após a recolha e a leitura de variada bibliografia, constituída por monografias e artigos de periódicos especializados em Ciências da Informação e da Documentação, exclusivamente de autores estrangeiros, tivemos a percepção de que era necessária uma avaliação das colecções de monografias da Biblioteca do ICS/UL, para podermos com maior segurança optar pelos critérios de desbaste mais adequados. Seguiu-se a escolha da amostra e a respectiva avaliação, que teve como consequência o apuramento dos critérios de desbaste, e finalmente a determinação de uma política de desbaste para as monografias da Biblioteca do ICS/UL.

As principais limitações deste relatório de estágio prendem-se com a falta de um maior envolvimento dos utilizadores em todo este processo e também com a ausência de um histórico de registos anteriores a 2001, ano em que a Biblioteca implementou o actual sistema informático. Não escondemos que ambos os factores podem ter alguma influência no resultado final deste trabalho. Gostaríamos também de ter incluído exemplos de políticas de desbaste de Bibliotecas de Ensino Superior em Portugal, no entanto, nenhuma possui uma política escrita de desbaste, pelo que tivemos que recorrer a um exemplo de uma tipologia biblioteconómica semelhante.

Esperamos com este trabalho contribuir decisivamente para a resolução de uma questão que se tornou inadiável para a Biblioteca em questão, colocando-a, neste aspecto específico, na vanguarda da gestão de colecções a nível nacional, visto raríssimos serem os casos onde se aplica uma política de desbaste assente num estudo prévio, metódico e baseado nas principais experiências do género a nível internacional.

“Não importa quantos livros poderás ter, mas antes se eles são bons ou não” – Séneca.

2. História e situação actual do desbaste

Para esta introdução ao tema, escolhemos abordar os casos dos Estados Unidos da América, Canadá, França, Espanha e Portugal. Com a excepção do nosso país, todos foram seleccionados sobretudo devido à quantidade de informação que conseguimos reunir, quer se trate de monografias e artigos de publicações científicas disponíveis em Bibliotecas Nacionais ou através da *Web*, quer de documentos internos disponibilizados por algumas bibliotecas que contactámos. Também contribuíram para esta escolha os seguintes factores: para os Estados Unidos, o facto de terem sido pioneiros nesta questão, para além da sua importância fulcral nas Ciências da Informação, com especial relevância para o ramo da Biblioteconomia; no caso espanhol, devido à sua proximidade geográfica com Portugal, que poderia ter como consequência um grande intercâmbio de conhecimentos e práticas; finalmente, a abordagem do caso francês, pela influência que a Biblioteconomia daquele país sempre exerceu em Portugal.

2.1 Conceito de desbaste

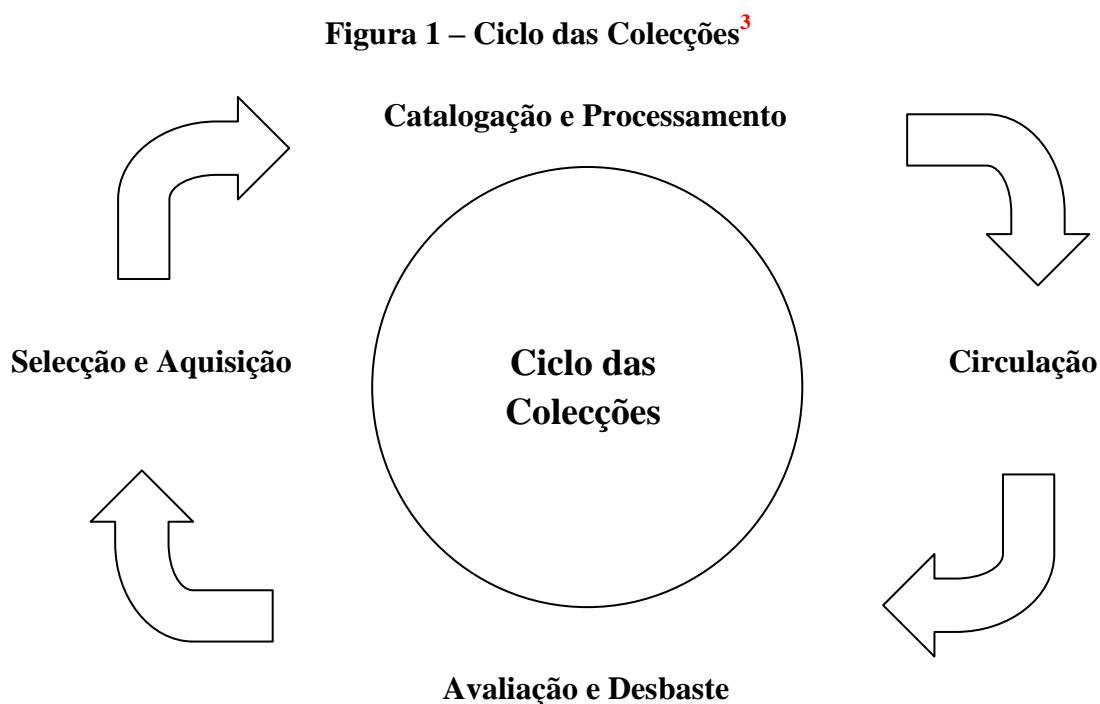
Foi numa simples brochura sobre o processo de desbaste das Bibliotecas Escolares da Califórnia que encontramos uma das melhores definições para o desbaste:

“Weeding is the removing of materials from a library collection in a systematic and deliberate way. It is an ongoing part of collection development, a planned and thoughtful action that will ensure library materials are current and enticing”¹.

A esta definição acrescentaríamos ainda: *“The process of examining items in a library collection title by title to identify for permanent withdrawal those that meet pre-established weeding criteria”².*

¹ CALIFORNIA DEPARTMENT OF EDUCATION – **Weeding the school library**. Sacramento: [s.n., s.d.].

Com ambas as definições bem presentes, queremos realçar o facto de o desbaste ser uma prática deliberada, feita com base em critérios pré-determinados e plenamente integrada na política de gestão de colecções, como está presente na **Figura 1**.



Integrado no ciclo das colecções, o desbaste não pode actuar de forma independente dos demais componentes deste circuito fechado, pois facilmente se colocaria em causa a coerência das colecções se, por exemplo, não existisse qualquer ligação com as aquisições. Constituir uma colecção é uma operação minuciosa, lenta e regular, que deve assentar numa política clara e definida, com aquisições ano após ano. No entanto, nem tudo o que se adquire se revela uma mais-valia para as colecções de uma biblioteca, existindo a necessidade de se rejeitarem periodicamente documentos que são inúteis e que não trazem benefícios claros para as mesmas. É precisamente

² REITZ, Joan M. – **ODLIS: Online Dictionary for Library and Information Science**. [Em Linha] s.l.: Libraries Unlimited, 2004. [Consult. 09 Jun. 2010]. Disponível em: http://lu.com/odlis/odlis_w.cfm.

³ Adaptado de LARSON, Jeanette – **CREW: A Weeding Manual for Modern Libraries, Revised and Updated**. Austin, Texas: Texas State Library and Archives Commission, 2008, p.11.

nesta situação que surge o desbaste, ajustamento tão perpétuo como necessário, que se bem executado constitui uma prática valiosíssima para as colecções de qualquer biblioteca. Quando o desbaste promove a remoção dos itens que se encontram desajustados à realidade de uma biblioteca, das suas colecções, dos seus objectivos e utilizadores, obtém-se o correcto e saudável crescimento, não necessariamente numérico, de uma colecção. Os termos que a biblioteconomia anglo-saxónica e francesa utiliza para designar o desbaste, respectivamente *weeding* e *désherber*, estabelecem a metáfora quase perfeita para melhor percebermos o que significa o desbaste. Assim, assemelhando-se ao acto de retirar as ervas daninhas de um campo relvado ou ao de podar uma árvore, o desbaste pretende retirar os ramos ou braços inúteis de uma colecção, tendencialmente de forma periódica, favorecendo o seu correcto crescimento, tratando-a e renovando-a.

A definição de uma política de desbaste é indispensável em qualquer biblioteca, é um procedimento básico da gestão de colecções. Da sua aplicação prática resulta a elaboração de um ou mais planos de desbaste, de toda ou parte da colecção, isto é, um documento de apoio para a execução do desbaste. Este deverá planificar cada etapa de desbaste de uma forma minuciosa, estabelecendo prazos e os respectivos recursos necessários para os fins a que se destina.

2.2 América do Norte

A problemática do desbaste tem sido uma temática muito sensível no meio biblioteconómico desde que surgiram as primeiras discussões sobre o assunto, ainda durante o século XIX, nos Estados Unidos da América. Já nesse período, várias bibliotecas públicas norte-americanas se debatiam com falta de espaço devido ao crescimento contínuo das suas colecções. Foi neste contexto que surgiu um dos primeiros planos de desbaste para colecções biblioteconómicas, o *Quincy Plan*, elaborado por *Charles Adams* para o caso específico da Biblioteca Pública de *Quincy, Massachusetts*. Desde logo se levantaram imensas objecções à realização de qualquer desbaste, temendo-se a eliminação de títulos, que embora fossem pouco consultados, pudessem ter algum interesse para os utilizadores com uma capacidade intelectual mais desenvolvida. *William Poole*, um dos membros fundadores da *American Librarian Association* (ALA), criticou qualquer desbaste, sugerindo antes uma moderação nas aquisições, centrando-se estas apenas em obras de alto valor intelectual, de maneira a

“formar” leitores que se tornariam assim intelectualmente mais aptos. *Poole* finaliza o seu raciocínio com uma sugestão que se viria a provar como bastante ingénua, ao defender que a construção de edifícios maiores, num futuro próximo, iria permitir dispensar qualquer plano de desbaste, eliminando o problema da economia de espaço⁴.

Com a passagem para o século XX, nos Estados Unidos da América, continuou-se a debater a necessidade de se realizarem periodicamente desbastes, numa polémica muito centrada em torno da questão da ocupação de espaço, existindo sempre vozes que se opuseram a esta prática, acusando-a de destruição patrimonial⁵.

A discussão sobre o tema do desbaste parece então ter nascido da necessidade de libertar espaço das estantes das bibliotecas, de modo a que estas pudessem sustentar um crescimento contínuo das aquisições, à medida que a produção de conhecimento aumentava de forma exponencial. De facto, a solução apresentada no século XIX por *William Poole* é actualmente impossível, e esteve longe de ser exequível durante todo o século XX; as bibliotecas que não possuem uma missão com forte pendor patrimonial, como por exemplo as Nacionais, tiveram que adaptar as suas colecções às suas próprias missões e características, pois os recursos disponíveis são finitos e a produção editorial significativamente maior. Contudo, actualmente o desbaste almeja objectivos muito mais estimulantes do que a mera libertação de espaço, por mais que esta necessidade seja efectiva e urgente. Alguns dos outros objectivos mais comuns e pertinentes que costumam ser atribuídos à execução do desbaste são:

- Tornar a(s) colecção(ões) mais apelativa(s), substituindo obras e materiais ultrapassados por materiais mais atractivos e actuais.
- Aumento da circulação devido ao facto de se possuir uma colecção que corresponde às reais necessidades de informação dos utilizadores.
- Poupança de tempo dos funcionários em tarefas de carácter técnico e dos utilizadores na procura de uma obra sobre um determinado tema.

⁴ DILEVKO, Juris; GOTTLIEB, Lisa – *Weed to Achieve: A Fundamental Part of the Public Library Mission? Library Collections, Acquisitions, & Technical Services*. Toronto: Pergamon. 27 (2003), p. 73.

⁵ DILEVKO, Juris; GOTTLIEB, Lisa – *Op. Cit.*, p.74.

- Avaliação da(s) colecção(ões) sempre que realiza um desbaste, salientado os respectivos pontos fortes e fracos e constituindo um precioso auxílio em possíveis modificações nas políticas de aquisição.
- Aumento do prestígio da biblioteca e/ou da instituição a ela associada, apresentando uma colecção actual, credível e adequada às necessidades dos utilizadores.
- Aumento da satisfação dos utilizadores.

Actualmente, pode afirmar-se sem grandes riscos que o desbaste é uma prática completamente enraizada e corrente no Continente Norte-Americano e, em particular, nos Estados Unidos da América. Um reflexo claro desta realidade pode obter-se analisando as linhas de orientação das mais diversas tipologias de bibliotecas naquele país. Vejamos então alguns exemplos⁶:

- *Standards for College Libraries* (ALA) → Atribui ao desbaste um papel fundamental no enriquecimento das colecções, referindo ainda que “(...) nenhum título deve permanecer se não é claro o seu contributo para o auxílio de programas académicos ou de investigação”⁷.
- *Standards for Church and Synagogue Libraries* → É aconselhada uma avaliação constante da colecção, descartando-se materiais sem utilidade e substituindo-os por materiais actualizados.
- *New York State Public Library Service: Minimum Standards* → Surge expressa a ideia de que qualquer colecção se encontra em constante mutação e, por isso, o desbaste é uma prática natural a realizar, estabelecendo-se como objectivo que pelo menos 25% da colecção deve consistir em materiais publicados ou produzidos nos últimos 5 anos.
- *Standards for Community, Junior, and Technical College Learning Resource Programs* → Preconiza que anualmente se devem desbastar entre 3 a 5% da colecção, substituindo os materiais abatidos.
- *Guidelines for School Library Media Programs* → Sugere a utilização de dados quantitativos no processo de desbaste e alerta para as consequências da ausência

⁶ SLOTE, Stanley – **Weeding library collections: library weeding methods**. 4th ed. Englewood: Libraries Unlimited, 1997, p. 14-15.

⁷ *Idem, Ibidem*, p.14.

do desbaste: “(...) Possuir documentos fora de data ou inadequados desencoraja o uso da colecção, dá uma impressão errada da qualidade da colecção, faz perder tempo aos funcionários e aos utilizadores em busca de material inútil (...)”⁸.

Mais recentemente, dois docentes da Universidade de Toronto publicaram um artigo no qual apresentam uma visão global das práticas correntes de desbaste, no início do século XXI, nas Bibliotecas Públicas dos Estados Unidos e Canadá⁹. O artigo baseia-se num inquérito realizado por estudantes do Curso de Ciências da Informação e Bibliotecas de uma das mais prestigiadas universidades norte-americanas, dirigido a 823 bibliotecas, amostra que se pautou pela heterogeneidade quanto à dimensão das instituições inquiridas.

Seleccionamos alguns dos resultados deste inquérito, que nos pareceram os mais interessantes sobre as práticas de desbaste nas bibliotecas do outro lado do Atlântico:

- O desbaste é uma prática habitual naquelas bibliotecas, sendo que dois terços o realizam periodicamente e as restantes apenas quando se torna absolutamente necessário;
- Entre os motivos apontados para a realização do desbaste, destacam-se quatro: actualização da informação, condições físicas do item, problemas de espaço e baixa circulação do item;
- Cerca de três quartos das bibliotecas inquiridas possuem e seguem uma política escrita de desbaste;
- A circulação do item foi o critério de desbaste mais vezes nomeado entre todos os que suportam esta prática nas bibliotecas e também o mais frequentemente apontado como o primeiro a ser aplicado;
- A maioria das bibliotecas (56%) não teve qualquer queixa sobre o seu procedimento de desbaste e apenas uma pequena minoria (4,3%) registou uma ou mais queixas sobre o conceito de desbaste em si;
- Cerca de 84% dos inquiridos consideram o desbaste fundamental para uma biblioteca e somente 7,5% gostariam que existisse uma redução neste procedimento.

⁸ *Idem, Ibidem*, p.15.

⁹ DILEVKO, Juris; GOTTLIEB, Lisa – *Op. Cit.*, p.74-75

Os resultados deste estudo parecem ir de encontro às principais teorias em voga naquela região do globo, isto é, o desbaste é uma prática natural e necessária. As motivações para a sua realização já não se prendem somente com a libertação de espaço, objectivo que, de resto, hoje se procura alcançar através da utilização de alguns critérios objectivos. Na realidade, progressivamente, os critérios de desbaste puramente qualitativos e, deste modo, mais subjectivos, muito em voga nos anos 1980, sobretudo em Bibliotecas Universitárias, têm sido substituídos por critérios quantitativos ou por uma conjugação de ambos. Assim, nestas bibliotecas, o desbaste deixou de ser realizado apenas segundo o juízo profissional de investigadores, académicos e bibliotecários, que frequentemente acaba por ter uma influência negativa na colecção¹⁰. Os trabalhos mais recentes e as metodologias mais seguidas têm acentuado esta tendência.

Surge como um bom exemplo o método CREW¹¹ (*Continuos Review, Evaluation and Weeding*), apontado no supracitado estudo como o mais utilizado: é nele que cerca de 21% das Bibliotecas inquiridas baseiam os seus procedimentos de desbaste. Este método utiliza critérios quantitativos, com alguns de ordem qualitativa. Assim, combina a idade do item e sua última utilização com cinco critérios: *Misleading* (desviante), *Ugly* (“feio”), *Superseded* (ultrapassado), *Trivial*, *Your collection has no use* (sem utilização na colecção). No capítulo introdutório do manual explicativo do citado método, a autora da revisão, *Jeanette Larson*, exprime bem algumas das ideias que têm vindo a ser postas em prática. Sublinha a importância do desbaste em qualquer biblioteca, integrado na gestão das colecções, essencial para manter as manter “actuais e vivas”. Defende também a necessidade de o desbaste fazer parte da política documental de qualquer biblioteca que não possua uma missão vincadamente patrimonial.

Ainda exclusivamente sobre a importância do desbaste, também *Paul Jenkins* não tem qualquer problema em afirmar, numa obra que incide sobretudo nas relações entre os bibliotecários e o corpo docente de um instituto de ensino superior, que “(...) tão importante como a decisão de quais os materiais que se devem incluir numa colecção é a decisão de quais devem ser removidos (...)” O Autor aponta como critérios mais comuns de desbaste “(...) data de publicação, condição física, relevância do

¹⁰ SLOTE, Stanley – *Op. Cit.* p. 6.

¹¹ LARSON, Jeanette – **CREW: A Weeding Manual for Modern Libraries, Revised and Updated.** Austin, Texas: Texas State Library and Archives Commission, 2008.

assunto, circulação, existência de novas edições, confrontação com bibliografias da mesma área do conhecimento e o número de exemplares”¹².

Outra metodologia de desbaste bastante utilizada é o método *Slote*, cuja designação deriva do nome do seu criador, *Stanley Slote*. Na sua obra principal¹³, *Slote* volta a afirmar todas as ideias acima referidas: a importância do desbaste, os diversos motivos que tornam o desbaste fundamental na gestão de colecções e a utilização de critérios quantitativos. Segundo o autor, nenhum título deve ser retido se o seu propósito não é totalmente evidente e, na ausência de um procedimento de desbaste regular, qualquer colecção facilmente se torna obsoleta. Quanto às motivações que levam a esta prática, para além da tradicional “economia de espaço”, são enumeradas: o aumento da utilização da colecção, o aumento da satisfação do utilizador e a poupança de tempo em tarefas técnicas. O principal critério que nos é sugerido é o tempo de permanência na “estante” de um determinado item (“*shelf-time period*”). O Autor afirma que em todas as bibliotecas existem sempre duas colecções, sob o ponto de vista da utilização, designadamente, a colecção corrente (*core collection*), composta por todos os itens que são utilizados, e a colecção não corrente (*noncore collection*), constituída por todos os itens sem qualquer utilização. Nenhuma é perceptível a olho nu, mesmo para o bibliotecário mais experiente, e ambas parecem iguais, caso nenhuma avaliação seja realizada. Cada uma possui velhos e novos títulos, que podem ser transversais a todos os assuntos, e frequentemente o mesmo autor possui obras nas duas colecções. O grande desafio é identificar estas duas sub-colecções com confiança e fiabilidade. Para tal, é proposta “uma forma objectiva” de avaliar um título, nomeadamente, a medição da sua utilização durante um período de tempo determinado. Se o item não obtiver qualquer utilização antes do final desse período, então faz parte da colecção não-corrente, podendo ser alvo de desbaste; caso contrário, não deve ser desbastado.

2.3 França

Se, no “mundo anglo-saxónico”, a prática do desbaste, ou pelo menos a sua discussão, já possuem uma “tradição” centenária, em alguns países da Europa

¹² JENKINS, Paul O. – **Faculty-librarian relationships**. Oxford: Chandos, 2005, p. 53.

¹³ SLOTE, Stanley – *Op. Cit.*

Continental, como por exemplo em França, só surgiu uma real preocupação sobre esta matéria após a segunda metade do século XX. Neste país, a mentalidade dominante entre a comunidade de bibliotecários sublinhava o papel da biblioteca como um local de conservação patrimonial e de acumulação de livros, subsistindo prolongadamente a ideia de que a qualidade de uma biblioteca se media não pelo número dos seus leitores, ou por qualquer outro factor, mas exclusivamente pelo número de títulos das suas colecções e, conseqüentemente, pela extensão das suas prateleiras¹⁴. No entanto, e mais uma vez por motivos semelhantes ao caso norte-americano, o desbaste acabou por ter que ser incluído na agenda da Biblioteconomia francesa.

O investimento da República Francesa na leitura pública durante a década de 1960, associado à generalização do livre acesso, teve como consequência um aumento espectacular da procura pública, acompanhado por uma natural explosão documental. Foi neste contexto que, em 1975, *Nöe Richter* conduziu um inquérito a diversas bibliotecas, de todas as tipologias, a pedido da Direcção das Bibliotecas e da Leitura Pública, tendo apresentado os respectivos resultados três anos depois, no Congresso da *Association Bibliotecaires Francese* (ABF). Aqueles demonstraram que a grande maioria das bibliotecas inquiridas tinha iniciado os seus primeiros procedimentos de desbaste nos dez anos precedentes¹⁵.

Apesar do “atraso” inicial em relação aos Estados Unidos, as ideias e teorias defendidas pelos principais autores franceses não diferem muito daquelas que encontramos naquele país, muito provavelmente devido à influência que as experiências norte-americanas tiveram no seio da Biblioteconomia francesa.

Assim, noções básicas como a importância do desbaste, a sua integração numa política documental escrita, o alinhamento entre o desbaste e a política de aquisições, são hoje em dia noções quase dogmáticas, aceites de uma forma geral sem quaisquer obstáculos, e sobretudo bastante praticadas.

¹⁴ GAUDET, Françoise; CLAUDINE, Lieber; ARNOULT, Jean Marie – **Désherber en bibliothèque: Manuel pratique de révision des collections**. Pref. Michel Melot. Paris: Éd. du Cercle de la Librairie, cop. 1996. P. 13.

¹⁵ GAUDET, Françoise; CLAUDINE, Lieber; ARNOULT, Jean Marie – *Op. Cit.* p.14-15.

2.4 Espanha

O caso espanhol é bastante semelhante ao francês na sua evolução, embora em Espanha esta se tenha iniciado ainda mais tardiamente. Assim, perto do virar do milénio, eram bastante poucas as publicações castelhanas, quer de carácter monográfico quer artigos em periódicos científicos, que abordavam o desbaste. Esta escassez está bem presente na introdução do plano de Desbaste da Biblioteca Pública Provincial de Sevilha, datado de 1999: “*La poca literatura existente en nuestro país y los escasos ejemplos concretos a que acogerse en el tema de Expurgo de Fondos Bibliográficos, explican el interés de publicación de este artículo (...)*”¹⁶.

Analisámos a bibliografia deste e de outros artigos, percorremos alguns catálogos de bibliotecas espanholas e verificámos os índices de três periódicos especializados em Biblioteconomia, designadamente, *Educación y Biblioteca* (2001-05), *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios* (1995-2009) e *Boletín ANABAD* (1991-2008). Nesta pesquisa, indentificámos alguns artigos que incidem mais no problema da existência de múltiplos exemplares do mesmo título do que no do desbaste propriamente dito¹⁷. Também encontrámos alguns planos de desbaste, *expurgo* na terminologia castelhana, aplicados a casos concretos, por exemplo à Biblioteca da Universidade de *Valladolid* ou à Biblioteca Pública Provincial de *Sevilla*¹⁸, ou integrados na política de gestão de coleções, como é o caso na *Universidad Complutense de Madrid*¹⁹. Quanto a monografias específicas, não encontrámos nenhuma de autoria espanhola, apenas os tradicionais autores anglo-saxónicos e franceses, sendo de referir, quanto a estes últimos, a existência de uma tradução para castelhano da obra, já por nós citada, de *Françoise Gaudet* e de *Jean Marie Arnoult*.

¹⁶ CHOCLÁN, Juana Maria Muñoz – **El “Plan de expurgo de fondos bibliográficos” de la Biblioteca Pública Provincial de Sevilla** [Em linha]. Sevilla: Asociación Andaluza de Bibliotecários, 1999. [Consult. 20 de Maio de 2010]. Disponível em: http://www.aab.es/Joomla/index.php?option=com_content&task=view&id=74&Itemid=64

¹⁷ Abad Hiraldo, Ramón - **Las Duplicaciones: Su análisis en el contexto de la Biblioteca Universitaria**. Boletín ANABAD. Madrid: Asocacion Nacional de Archiveros Bibliotecarios Arqueologos Documentalistas. :1 (1991 Janeiro-Março). p.20-29.

¹⁸ Biblioteca de la Universidad de Valladolid. **Normativa de expurgo de la Biblioteca de la Universidad de Valladolid**. Valladolid: [s.e.], 2006.

¹⁹ Biblioteca de la Universidad Complutense de Madrid. **Política de gestión de las colecciones** de la biblioteca de la Universidad Complutense de Madrid. Madrid: [s.e.], 2009.

Em Espanha, os procedimentos de desbaste estão regulamentados por uma legislação específica, fruto de iniciativas legislativas por parte do governo central e dos diversos governos regionais. A legislação produzida pelo governo central acaba por dar uma boa margem de manobra a cada biblioteca para gerir as suas colecções e eliminá-las, se necessário, evidentemente com algumas excepções. Vejamos então quais são as excepções, nos termos do artigo 50.º da Lei 16/1985 de 25 de Junho, do Património Histórico Espanhol:

“1. Forman parte del patrimonio bibliográfico las bibliotecas y colecciones bibliográficas de titularidad pública y las obras literarias, históricas, científicas (...), en escritura manuscrita o impresa, de las que no conste la existencia de al menos três ejemplares en las bibliotecas o servicios públicos. Se presumirá que existe este número de ejemplares en el caso de las obras editadas a partir de 1958.”²⁰”

Assim, serão excluídas de eliminação as obras que estão sob especial protecção desta lei, não existindo, *a priori*, qualquer impedimento legal para a eliminação de qualquer obra posterior a 1958, caso efectivamente o destino final de um exemplar seja a eliminação física.

Podemos concluir de tudo isto que, por um lado, apesar de reduzida, a bibliografia castelhana sobre o desbaste existe e, por outro, esta prática é, pelo menos em algumas bibliotecas, guiada por uma política escrita. O facto de ter sido produzida legislação sobre a eliminação de títulos só vem reforçar esta nossa ideia, pois se existe a necessidade de regulamentar uma determinada actividade é porque a mesma é praticada ou se prevê a sua prática a curto prazo. Como iremos ver, toda esta realidade é muito diferente da portuguesa.

2.5 Portugal

Ao contrário de todos os casos nacionais até agora por nós descritos, não encontramos qualquer bibliografia de origem nacional sobre este assunto. Existem algumas referências em teses de Mestrado, mas cujo objecto não é centrado no

²⁰ CHOCLÁN, Juana Maria Muñoz – *Op. Cit.*

desbaste²¹. Consultámos dois periódicos portugueses especializados em Biblioteconomia, a saber, *Cadernos BAD* (2000-2009) e *Páginas A&B* (2005-2008), e não identificámos qualquer artigo sobre o desbaste. Também nas pesquisas que realizámos na *Porbase*, no *SIBUL* e noutros catálogos, apenas nos deparámos com uma escassa bibliografia de autores estrangeiros, nas respectivas línguas originais (inglês e francês).

Procurámos também inquirir algumas bibliotecas portuguesas sobre os seus procedimentos de desbaste. As respostas, e em muitos casos o silêncio, demonstraram que o desbaste é uma prática muito pouco efectuada em Portugal ou, pelo menos, pouco declarada e muito pouco clara. Assim, das 35 bibliotecas que inquirimos só a Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian possui uma política de desbaste escrita, guiada por critérios que se conjugam entre si e com uma determinada lógica. Já a Biblioteca da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL), embora não tenha uma política escrita, acaba por adoptar certos critérios para o desbaste de algumas obras, como a obsolescência, a deterioração física ou a existência de múltiplos exemplares. Outras bibliotecas, como a Biblioteca Central da Universidade da Beira Interior (UBI) ou a Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa (UCP), optam por eliminar “duplicados” e por exercer um controlo sobre as aquisições, de modo a adquirirem apenas o que consideram indispensável e num único exemplar. Finalmente, a grande maioria das bibliotecas, como por exemplo, a Biblioteca do Instituto Superior Técnico (IST/UTL) ou a do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG/UTL), refere não ter qualquer política escrita de desbaste e não o realizar.

3. A Biblioteca do ICS/UL: caracterização e necessidade de uma política de desbaste

3.1 Caracterização

²¹ PINTO, Sandra Marques – **O Papel do Bibliotecário na Gestão e Desenvolvimento de Coleções Digitais: novos procedimentos, novas competências no ambiente digital**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Julho 2003.

A Biblioteca do ICS insere-se na estrutura orgânica do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, estando dependente do Conselho de Gestão da mesma instituição. O ICS, Laboratório Associado, é uma instituição universitária consagrada à investigação e à formação avançada em ciências sociais. No ano de 2008, o Instituto tinha cerca de setenta investigadores, acolhendo ainda uma centena de estudantes pós-graduados e desenvolvendo mais de 200 projectos de investigação.

A Biblioteca do ICS/UL foi constituída em 1962 para dar apoio à actividade de investigação do Gabinete de Investigações Sociais, instituição que antecedeu o actual ICS/UL. A Biblioteca é um serviço técnico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e acaba por se apresentar essencialmente numa tipologia de biblioteca universitária, na medida em que serve de apoio ao ensino ministrado no ICS/UL (cursos de pós-graduação, de mestrado e de doutoramento) e à investigação no domínio específico das ciências sociais, tendo por isso também características inerentes a uma biblioteca especializada.

Finalmente, é de enorme relevância referir que a Biblioteca do ICS/UL integra um catálogo colectivo composto pelas restantes Bibliotecas ligadas à Universidade de Lisboa, o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de Lisboa (SIBUL).

Missão

Esta Biblioteca tem como missão “(...) organizar, processar e disponibilizar documentação e informação aos utilizadores, independentemente do tipo de suporte, no domínio das Ciências Sociais”²². Como se pode verificar, não existe na sua missão qualquer vocação especialmente focada na salvaguarda patrimonial, como acontece, por exemplo, numa Biblioteca Nacional, que é responsável pela aquisição e pela conservação de todas as publicações editadas no respectivo país²³.

Utilizadores e suas necessidades

²² Instituto de Ciências Sociais. Biblioteca do ICS – **Sítio web da Biblioteca do ICS** [Em linha]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. [Consult. 2 de Maio de 2010]. Disponível em <http://www.ics.ul.pt/biblioteca/?doc=31809978538&ln=p&mm=3&mnid=2&ctmid=5>

²³ **DICIONÁRIO DO LIVRO** – Maria Isabel Faria, Maria da Graça Perdigão; prefácio de José V. De Pina Martins-S.I.: Guimarães Editores, 1988.

Como está bem expresso na sua missão, esta Biblioteca tem como principal objectivo dar apoio documental aos seus utilizadores, que tendencialmente são investigadores e alunos pós-graduados do Instituto. No entanto, a Biblioteca do ICS/UL tem por vezes facultado os seus serviços aos alunos das licenciaturas e de cursos de mestrado e doutoramento da área das Ciências Sociais de diversas instituições, mesmo exteriores à Universidade de Lisboa, inclusive a investigadores e docentes de Universidades estrangeiras, a trabalhar sobre alguma temática relacionada com Portugal. De uma forma geral, trata-se de utilizadores que procuram obras muito específicas e actualizadas, embora também exista, em menor escala, uma procura de obras mais generalistas²⁴.

Investigador Bibliotecário

Nesta Biblioteca está prevista a existência de um investigador bibliotecário responsável pela respectiva orientação científica. Eleito pelo Conselho Científico do ICS/UL, cabe ao investigador bibliotecário intervir sobretudo na política de aquisições, em concordância com as directrizes emanadas do Conselho Científico.

3.2 Política de aquisições

O desbaste e a política de aquisições são, de acordo com *Françoise Gaudet e Claudine Lieber*, “uma dupla indissociável”²⁵. De facto, precedendo e antecedendo simultaneamente as aquisições, dentro do círculo perpétuo e fechado das colecções, o desbaste está intimamente conectado às aquisições. Assim, antes de abordarmos o desbaste das colecções de monografias da Biblioteca do ICS/UL, é necessário obter uma percepção da sua política de aquisições, para compreender se a mesma fornece alguma indicação sobre em que documentos pode ou não incidir o desbaste. Não faria qualquer sentido incluir numa qualquer política de desbaste uma tipologia de itens que estivessem consagrados na política de aquisições.

Não existindo nesta Biblioteca um Plano de Desenvolvimento de Colecções ou um Programa Anual de Aquisições, apenas o respectivo Regulamento da biblioteca nos

²⁴ BROPHY, Peter – **The Academic Library**. 2th ed. London : Facet Publishing, 2005, p. 61-70.

²⁵ GAUDET, Françoise; CLAUDINE, Lieber; ARNOULT, Jean Marie – *Op. Cit.*, p. 20.

fornece informações sobre como se processam as aquisições, mais concretamente nos seus artigos 12.º e 13.º. De uma forma geral, as aquisições estão sujeitas a aprovação do investigador bibliotecário, podendo ser sugeridas pelos investigadores, pelos alunos, com aprovação prévia dos respectivos orientadores, e pela própria Biblioteca²⁶. São excepção as aquisições feitas com recurso a financiamento externo, no âmbito de projectos de investigação, pois neste caso todas as propostas são automaticamente autorizadas.

Em resumo, não existe uma política de aquisições escrita com uma direcção clara, que nos indique quais as tipologias de documentos que seriam tendencialmente adquiridas ou, por exemplo, em que suportes. No entanto, nem por isso deixaremos de ter em conta as aquisições quando estabelecermos os critérios de desbaste, como mais adiante se verá.

3.3 Necessidade de uma política de desbaste

Embora, como já vimos, a existência de uma política de desbaste seja algo ainda extremamente raro a nível nacional, tal não significa que esta seja desnecessária. Pelo contrário, consideramos o desbaste como um elemento essencial na gestão de colecções, que deveria ser tão natural como qualquer outra actividade da biblioteca. Este é o principal motivo, na nossa opinião, que justifica a necessidade de uma política de desbaste para a Biblioteca do ICS/UL; política essa que estabeleça com rigor quais os critérios em que deverá assentar o desbaste, procurando ao máximo evitar arbitrariedades pessoais e erros neste tema tão sensível. Queremos com isto afirmar, de uma forma clara e peremptória, que qualquer biblioteca deverá ter uma política de desbaste integrada na sua política documental. Basta realizar um raciocínio bastante simples para se chegar a esta conclusão: mesmo com uma política selectiva de aquisições, também conhecida como modelo *just-in-time*, ou todas as bibliotecas continuam a crescer indefinidamente em termos de espaço, recursos humanos e financeiros, o que parece impossível, ou inevitavelmente o desbaste surgirá como única solução viável para que as mesmas possam continuar a adquirir materiais. Quando

²⁶ BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA – **Regulamento**. Lisboa: Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.

chegar o dia em que o desbaste for inevitável, a existência de uma política pré-estabelecida com base em sucessivas avaliações das colecções constituirá, certamente, uma mais-valia inestimável.

Contudo, este caso particular apresenta-nos ainda mais algumas razões extraordinárias, que tornam urgente a especificação de uma política de desbaste, com o objectivo posterior da sua realização. A Biblioteca do ICS/UL, que caminha a largos passos para as cinco décadas de existência, nunca foi alvo de qualquer desbaste a partir de uma exaustiva avaliação de colecções, tendo subsistido apenas a prática de eliminação de “duplicados”, muitos deles provenientes de ofertas (eliminação no próprio momento da oferta), e de um ou outro título, mas de forma muito esporádica e pontual. Cremos que ninguém se atreverá a afirmar que uma Biblioteca com 48 anos de aquisições não terá nas suas colecções, sobre as quais nunca foi exercido qualquer desbaste, imensos títulos obsoletos, desajustados, sem qualquer interesse para os utilizadores e que acabam por consumir recursos de uma forma desnecessária. Finalmente, nesta Biblioteca, já se chegou muito perto da total exaustão do espaço físico, como de seguida iremos ver, o que coloca em causa, num futuro bastante próximo, o ritmo de aquisições, que actualmente se situa em cerca de 1500 títulos por ano, acrescidos de outros 600 provenientes de ofertas.

3.4. Exaustão da Biblioteca

3.4.1 Crescimento da colecção

Para termos uma melhor percepção dos riscos que a Biblioteca do ICS/UL corre, caso não realize rapidamente um desbaste, procurámos estimar quando se atingirá a total exaustão do seu espaço. Neste sentido, recorreremos a um documento produzido em 2008 pelas técnicas da Biblioteca, no qual se estima que existem, em média, cerca de 37 exemplares por prateleira e que cada metro linear corresponde, em média, a 43 exemplares. No **Quadro 1**, demonstramos a ocupação de espaço durante um ano, consoante o número de exemplares adquiridos. Actualmente, a Biblioteca adquire cerca de 2000 exemplares anuais, o que corresponde a um aumento anual de 47 metros lineares, equivalentes a 54 prateleiras e 9 estantes. Tendencialmente, o número de exemplares a adquirir por ano deverá crescer, consequência do aumento previsto do número de colaboradores do ICS, de 120% até 2012, chegando facilmente aos 2500

exemplares anuais nessa data²⁷, caso se opte por não aceitar mais ofertas, e aos 3000 exemplares anuais, se incluirmos ofertas aceites. No entanto, devido à actual conjuntura orçamental portuguesa, o orçamento disponível para aquisições por compra tem vindo a diminuir progressivamente, pelo que assim se explica a inclusão de uma estimativa para 1500 exemplares/ano.

Quadro 1 – Ocupação de espaço da Biblioteca do ICS/UL consoante a quantidade de aquisições por ano.

Nº Exemplares	Metros	Prateleiras	Estantes
1500	35	41	7
2000	47	54	9
2500	58	68	11
3000	70	81	14

Os gráficos seguintes permitem-nos perceber qual será a ocupação de espaço da Biblioteca num futuro próximo, reportando-se o **Gráfico 1** a uma ocupação a nível métrico e o **Gráfico 2** à ocupação em número de estantes. Verificamos que, mesmo a um ritmo de aquisições modesto, correspondendo a cerca de 1500 aquisições anuais, daqui a cerca de 5 anos, em 2016, serão ocupados 175 metros, num total de 35 estantes. Se, em vez deste número de aquisições, tivermos em conta o ritmo actual, em 2016 estarão ocupados mais 235 metros e 45 estantes. Finalmente, se considerarmos crescimentos anuais de 2500 e 3000 exemplares, a quantidade de espaço ocupado sobe para 290 metros e 55 estantes e 350 metros e 70 estantes, respectivamente.

²⁷ Cerca de 2508 exemplares/ano, de acordo com o relatório da Biblioteca.

Gráfico 1 – Previsão de crescimento das monografias da Biblioteca do ICS/UL em metros lineares.

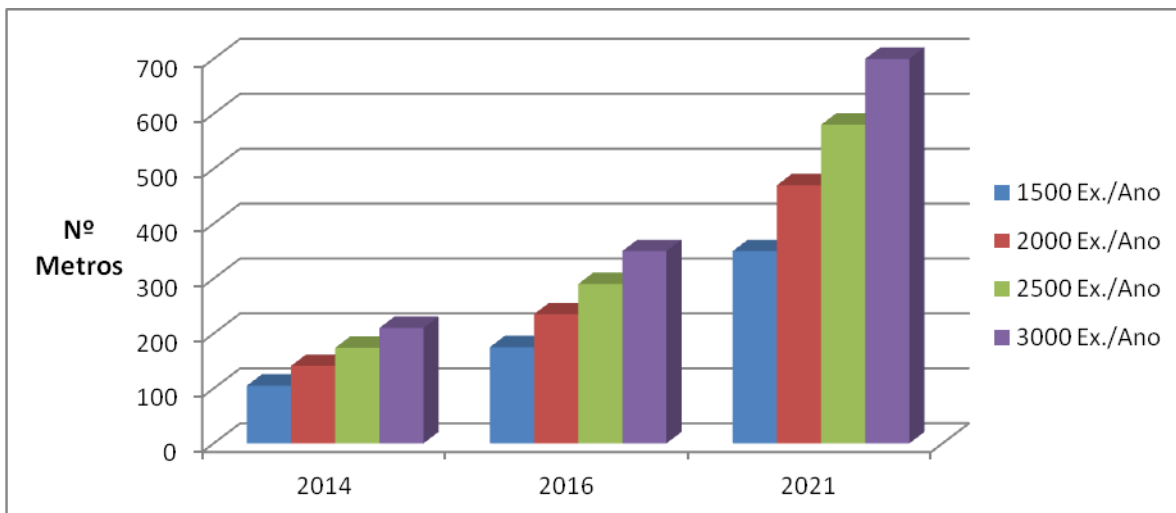
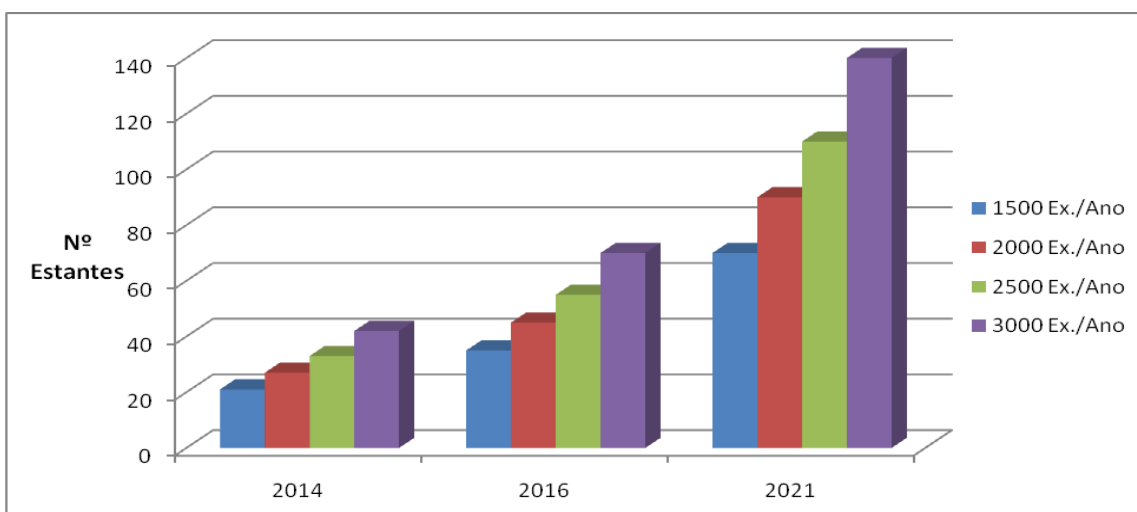


Gráfico 2 – Previsão do crescimento de monografias da Biblioteca do ICS/UL em número de estantes.

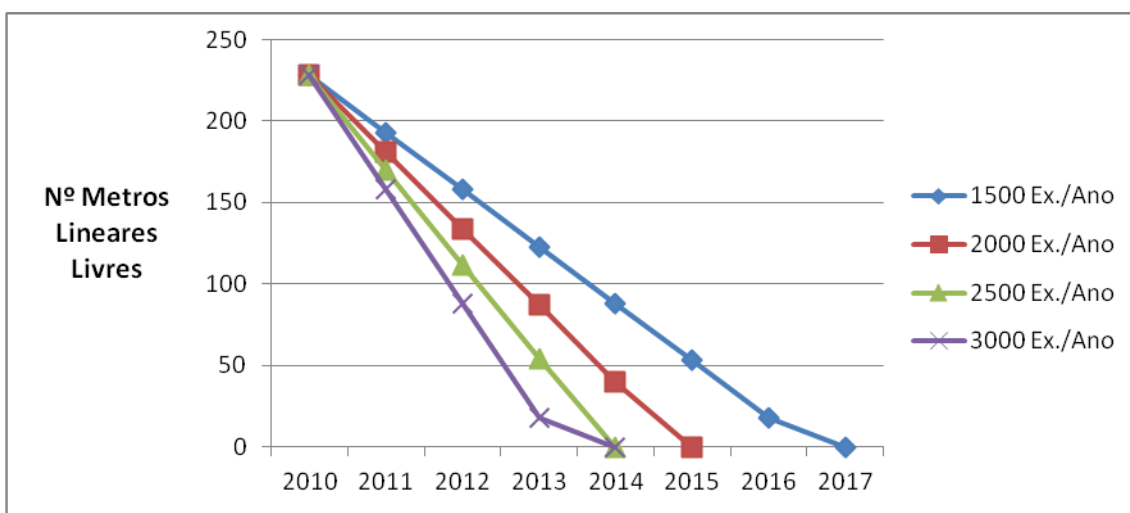


3.4.2 Espaço disponível em livre acesso

Para percebermos qual a ocupação actual da Biblioteca do ICS/UL e, ao mesmo tempo, prevermos quando ficará totalmente exausta, isto é, sem espaço para a aquisição de um único exemplar, medimos o espaço livre das estantes que se encontram em acesso livre. Actualmente, isto é, em Junho de 2010, existem sensivelmente 228 metros livres nas estantes da Biblioteca. Sabendo que cada metro é ocupado, em média, por 41 exemplares, ainda existe espaço para cerca de 9300 exemplares.

À primeira vista, 9300 exemplares poderá parecer imenso, estando a Biblioteca do ICS/UL isenta de problemas de falta espaço por longos anos. No entanto, essa ideia não poderia estar mais longe da realidade. Se o ritmo de crescimento da colecção se mantiver em cerca de 2000 exemplares por ano, sem a existência de qualquer desbaste, antes do final de 2015 já não haverá qualquer espaço livre na Biblioteca. Caso esse ritmo aumente, como poderá perfeitamente acontecer se for mantido o plano de integrar um maior número de investigadores e bolsiros de pós-doutoramento, a data de exaustão recua um ano, para 2014. Finalmente, mesmo que o ritmo de aquisições diminua consideravelmente até cerca de 1500 exemplares por ano, em 2017 já não haverá qualquer espaço livre para o crescimento da colecção. O **Gráfico 3** exemplifica toda esta realidade.

Gráfico 3 – Previsão de espaço livre da Biblioteca do ICS/UL consoante o ritmo de crescimento das colecções.



3.4.3 Espaço disponível em depósito

Calculámos igualmente o espaço que o depósito da Biblioteca do ICS/UL ainda oferece actualmente. Segundo as nossas medições, existem cerca de 128,6 metros de prateleiras por ocupar, onde cabem cerca de 5530 exemplares. Esta informação revela-se pertinente para alguns documentos que a Biblioteca queira manter, mesmo após o desbaste, mas cuja reduzida utilização ou cujo estado de conservação não justifiquem a respectiva manutenção em regime de livre acesso. A colocação em depósito constitui

uma alternativa a qualquer solução que passe pela saída dos documentos da Biblioteca (venda, permuta, doação, eliminação física).

3.4.4 Espaço disponível de acordo com a área temática

Para atingirmos um rigor máximo no cálculo do espaço disponível em livre acesso, teríamos que o verificar ao nível de cada área temática. Para tal, teríamos que ter reunido toda a informação sobre o número de aquisições anuais consoante cada área temática presente nas estantes da Biblioteca do ICS/UL, e medir o respectivo espaço disponível de cada uma. Um estudo com tal exaustividade, que necessitaria de recursos que nos ultrapassem, certamente seria mais rigoroso em aferir a real situação da ocupação de espaço da Biblioteca, já que nem todas as disciplinas crescem ao mesmo ritmo, e poder-se-ia transferir algumas estantes de áreas com um menor ritmo de crescimento para aquelas que possuem um ritmo de crescimento mais elevado. Esta solução poderá adiar o problema, e a Biblioteca pode tê-la em conta enquanto não realizar nenhum desbaste mas não irá alterar drasticamente a realidade actual de exaustão a curto/médio prazo.

3.4.5 Conclusões

Mesmo sem ter sido realizado um estudo de exaustão da Biblioteca de acordo com a área temática, podemos concluir que, se nenhum procedimento de desbaste for efectuado, não existirá espaço em livre acesso seguramente dentro do próximo decénio, numa perspectiva bastante optimista, embora isso se deva verificar bastante antes, provavelmente dentro do próximo lustro.

3.5. Periódicos

Como referimos na introdução o presente relatório de estágio não aborda a questão dos periódicos, visto que os mesmos foram alvo de uma exaustiva avaliação seguida de desbaste durante o ano de 2009.

Numa primeira fase ocorreu a avaliação dos periódicos disponíveis em livre acesso com o objectivo final da transferência para depósito de uma determinada parte tendo em conta os seguintes critérios: acesso *online* que tornava redundante a ocupação de espaço da versão papel; a ausência de consulta e de relevância dos títulos; eliminação de

periódicos cuja publicação se encontra em atraso; e finalmente foi dada primazia aos títulos nacionais, com o propósito da sua maior divulgação. Os resultados pautaram-se pela transferência para depósito de 79 títulos, permanecendo apenas 61 em livre acesso na sala de periódicos.

A segunda fase pautou-se pela eliminação de títulos de periódicos, sendo essa eliminação guiada pelos seguintes critérios: existência de um acesso online fidedigno que torne a existência em papel desnecessária; periódicos existentes noutras Bibliotecas da Universidade de Lisboa; a falta relevância histórica e científica de cada publicação; colecções com poucos números e descontinuados; e publicações sem quaisquer participações de membros ligados ao ICS. Depois da aplicação destes critérios foram canceladas as assinaturas de 128 títulos, dos quais 119 foram totalmente eliminados e 9 eliminados parcialmente, mantendo-se 579 títulos com a respectiva assinatura. É importante realçar também que alguns títulos foram oferecidos a outras Bibliotecas, sobretudo no caso de bibliotecas que tinham números em falta de um determinado periódico.

3.6. Doações

Nesta Biblioteca, as doações constituem uma parte significativa das aquisições; por exemplo, no ano de 2009, entraram através de doação 548 títulos, que corresponderam a 27% do total de aquisições nesse mesmo período. Responsáveis por uma tão grande parte das aquisições, as doações podem ser bastante interessantes para qualquer biblioteca, a que o ICS/UL não constitui excepção, ao incluir nas suas colecções documentos com um baixo custo associado. Contudo, as doações podem constituir uma séria ameaça para a gestão das colecções, caso o material recebido não seja o adequado à missão e objectivos da biblioteca, podendo colocar em causa a coerência das colecções e criar graves desequilíbrios nas mesmas. Neste cenário, o custo dos itens ofertados torna-se demasiado alto e não o oposto, pois a biblioteca acaba por despender recursos humanos e financeiros em documentos sem qualquer interesse.

Assim, segundo a IFLA: *“Libraries should develop guidelines as to what will be accepted and what gifts will not be accepted into their collections, based on their collection development policy. Libraries will want to state that they accept gift material to add to their collections that meet the same standards or selections criteria used for*

material purchased for the collections”²⁸. Já sabemos, pelos motivos anteriormente indicados, que não existe na Biblioteca do ICS/UL uma política de aquisições bem definida e escrita, no entanto, isso não significa que tenha de aceitar todas as doações não solicitadas e que não aplique quaisquer critérios para a sua aceitação.

Aliás, quanto a este aspecto, o regulamento da Biblioteca prevê a existência de uma avaliação das doações, designadamente no artigo 16.º: “A doação de fundos bibliográficos requer, além dos aspectos formais da transferência, análise e avaliação do fundo doado”²⁹. O citado documento reporta-se também ao controlo de “duplicados”, no artigo 15.º: “Sempre que se verifique existirem publicações em duplicado e que os mesmos não sejam necessários para os utilizadores do ICS, podem ser oferecidos a outras Bibliotecas da Universidade ou a leitores presenciais, mediante parecer favorável do Investigador Bibliotecário.”

Embora já existam estas normas que regulam a gestão de doações, pode ir-se mais longe, determinando quais os critérios que suportam a decisão de incluir ou rejeitar um determinado item. Na realidade, a Biblioteca deverá definir uma política em relação às doações. Nesse sentido, e por uma questão de coerência, a política de gestão de doações deverá contemplar essencialmente os mesmos critérios que apurámos para o desbaste, com algumas adaptações decorrentes do facto de não possuímos qualquer registo prévio de utilização ou de data de aquisição.

Recolher-se-iam os seguintes dados:

- Título e Assunto → A Biblioteca pode avaliar se o material doado cobre áreas excluídas pela sua missão.
- Data de Publicação → Identifica material único e antigo, assim como material potencialmente obsoleto e ultrapassado.
- Autor e Editor → Apurando se o autor está ou esteve ligado ao ICS ou se a publicação é da Imprensa de Ciências Sociais. Em caso afirmativo,

²⁸ CASSELL, Kay Ann [Et. Al.] – **Gifts for the Collections: Guidelines for Libraries**. The Hague: IFLA, 2008, p.3.

²⁹ BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA – **Regulamento**. Lisboa: Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.

verifica-se se a Biblioteca já possui dois exemplares, aceitando-se o documento doado se tiver apenas um ou se os existentes estiverem em mau estado de conservação.

- Tamanho da doação → De forma que a Biblioteca tenha a percepção do número de itens e do espaço ocupado pelos mesmos.
- Condição física → Avaliando-se a condição física da doação de forma a excluir-se alguns materiais devido a um mau estado de conservação.

Reunidos estes dados, a Biblioteca poderá então justificar a sua escolha.

4. Recolha de dados e metodologia

4.1 Avaliação das colecções

Como já referimos, existe uma vasta panóplia de critérios de desbaste que podem ser aplicados, uns de carácter quantitativo e com uma menor ponderação subjectiva (idade do item, utilização, número de exemplares, etc.), outros de carácter qualitativo e com uma forte componente subjectiva (obsolescência, qualidade da informação, estado material, opinião de especialistas, etc.). Uma solução de compromisso parece-nos ser a mais indicada; é seguida, por exemplo, numa instituição com a qual a Biblioteca do ICS/UL partilha algumas características, a Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. Assim, após uma triagem inicial baseada em critérios quantitativos, seguir-se-ia a aplicação de critérios qualitativos, convidando-se para o efeito especialistas dentro da própria instituição, como bibliotecários e sobretudo o corpo de investigadores. Os bibliotecários devem reconhecer a necessidade de a tutela ser sempre consultada para todos os aspectos que remetam para a gestão das colecções e, sobretudo, nas grandes decisões a tomar, como o desbaste, uma temática sensível e cuja prática por vezes levanta alguns conflitos entre os bibliotecários e os membros da instituição a que a biblioteca está agregada. Como refere *Paul Jenkins*, na sua obra que aborda as relações entre bibliotecários e docentes/investigadores, “é tão importante incluir o corpo docente neste processo [desbaste] como é atender aos seus pedidos de

aquisição”³⁰. Mas quais serão os critérios mais adequados para as colecções da Biblioteca em questão? No caso dos critérios qualitativos, podemos avançar com algumas sugestões, como e principalmente a obsolescência da informação contida no item e a sua “qualidade”, isto é, se o item responde com actualidade, rigor e correcção às necessidades de informação de quem o procura. Quanto aos primeiros critérios a aplicar, isto é, de carácter quantitativo, uma melhor resposta a esta questão implica realizar *a priori* uma avaliação das colecções.

4.1.1 As colecções de monografias da Biblioteca do ICS/UL

Antes de iniciarmos a avaliação das colecções de monografias da Biblioteca do ICS/UL, há que ter em conta algumas especificidades dos cerca de 35 mil títulos que as compõem. Deste número inicial é necessário extrair alguns fundos que não serão alvo de qualquer desbaste, devido ao carácter patrimonial que lhes foi atribuído, pelo que também não foram alvo de qualquer avaliação da nossa parte. Deste modo, após a “exclusão” dos fundos Sedas Nunes, Gulbenkian e Reservados, restam cerca de 30 mil títulos. Existe ainda uma última distinção importante a ter em conta, designadamente, o facto de a grande maioria destes títulos se encontrar cotada segundo um sistema alfanumérico; apenas uma pequena parte está cotada através da Classificação Decimal Universal (CDU), sistema que vigora somente desde 2008. Tem sido realizado um esforço de reconversão entre o sistema de cotas anterior e o actual, mas ainda assim é natural que se encontrem diferenças substanciais nos títulos contidos em cada um, em termos de circulação, idade, entre outros aspectos relevantes numa avaliação, visto tratar-se, num caso, de um período de aquisição muito recente, e, noutro, de um período de aquisição com quase quatro décadas. Assim, sendo de esperar que sobressaíam características possivelmente bastante díspares, optámos por avaliar separadamente os títulos de monografias consoante o respectivo sistema de cotas. Para tal, decidimos dividir a colecção de monografias da Biblioteca do ICS/UL em “**Colecção A**”, correspondente às obras que ainda se encontram sob o sistema de cotação alfanumérico, e “**Colecção B**”, para as restantes, que se encontram cotadas segundo a tabela CDU.

Eis um resumo das principais diferenças que esperávamos encontrar nas colecções que “artificialmente” criámos.

³⁰ JENKINS, Paul O. – *Op. Cit.*, p. 53.

Quadro 1 – Principais características esperadas consoante a colecção.

“Colecção A”	“Colecção B”
Menor circulação	Maior circulação
Maior envelhecimento	Menor envelhecimento
Maior nº de duplicados	Menor nº de duplicados
Maior nº de títulos na lista de desbaste	Menor nº de títulos na lista de desbaste
Maior nº de vol.s na lista de desbaste	Menor nº de vol.s na lista de desbaste

4.2 Escolha da amostra

Mesmo excluindo os fundos especiais da Biblioteca do ICS/UL, que correspondem a cerca de 4 mil títulos, avaliar todos os restantes 30 mil individualmente é uma tarefa quase impossível de realizar. Assim, só é possível levar a cabo uma avaliação com base numa amostra de elementos, que permita posteriormente a extrapolação das suas interpretações para a totalidade do universo. É então necessário escolher o tipo de amostra a realizar e o grau de probabilidade da mesma.

Com várias disciplinas incluídas nestes 33665 títulos, a tendência inicial foi a de realizar uma **amostra estratificada**, em que cada subgrupo ou estrato corresponderia simultaneamente a uma disciplina e a um bloco de cota alfabética. Assim, procurar-se-ia que cada disciplina tivesse uma ponderação semelhante à sua real ponderação no total dos títulos a avaliar. Neste tipo de amostra, estratificada, devemos tratar cada subdivisão da população separadamente, recolhendo de cada uma a amostra respectiva. Contudo, bastou a tentativa de o realizar contabilizando apenas a **“Colecção A”** para termos a certeza da sua impraticabilidade. Por um lado, o recurso a esta opção tornava o número de títulos a avaliar ainda excessivamente alto (6326 títulos); por outro, a enorme desproporcionalidade em termos de número de títulos entre as diversas disciplinas faria com que algumas tivessem de ser analisadas na sua totalidade (100%), devido ao seu pequeno número, enquanto as maiores seriam analisadas em percentagens muito mais reduzidas. Dois casos extremos exemplificam bem esta realidade: História e Direito. Para a primeira disciplina, numa amostra estratificada com um nível de confiança de

95%, analisar-se-ia cerca de 7% do número de títulos existentes, enquanto no caso de Direito todos os seus doze títulos teriam de ser analisados. Noutras proporções, o mesmo ocorre para quase todas as disciplinas. Os quadros seguintes elucidam melhor esta realidade.

Quadro 2 – Composição da “Colecção A” consoante as disciplinas nela contidas.

Disciplina	Cota	Nº total	%
Antropologia Cultural	AC	1666	6,59
Direito	D	12	0,05
Desenvolvimento Económico	DE	614	2,43
Doutrina Social	DS	715	2,83
Direito do Trabalho	DT	48	0,19
Dicionários	Dic	236	0,93
Empresas	E	312	1,23
Economia e Finanças	EF	1083	4,29
Educação e Investigação	EI	1028	4,07
Economia Portuguesa	EP	195	0,77
Estruturas Sociais	ES	808	3,20
Filosofia	F	614	2,43
Fundo Estado Novo	FEN	131	0,52
Geografia e Populações	GP	994	3,93
Grupo de Estudo da Família	GRAF	114	0,45
História	H	5358	21,20
Informática	I	64	0,25
Literatura e Linguística	LL	645	2,55
Metodologia	M	492	1,95
Política	P	3374	13,35
Política Social	PS	598	2,37
Questões Sociais	QS	449	1,78
Sociedade Portuguesa	S Port	718	2,84
Sociologia	SV	2013	7,97
Trabalho	T	1149	4,55
Tecnologia	Tec	139	0,55
Total		25271	100%

Considerando, mais uma vez, apenas os títulos cotados alfanumericamente, o **Quadro 2** pretende demonstrar como é composta a “Colecção A”, segundo as diferentes disciplinas que a constituem, e inclui os seguintes itens: disciplina; cota; número total de títulos de cada disciplina; e percentagem de cada disciplina sobre o total

dos títulos considerados, revelando assim o peso ponderado de cada disciplina neste conjunto³¹.

O **Quadro 3** representa a percentagem de títulos a serem analisados por cada disciplina, caso tivéssemos optado por uma **amostra estratificada** com um nível de confiança de 95%.

Quadro 3 – Número de títulos a serem analisados na “Colecção A” numa amostra estratificada por disciplina.

Disciplina	Cota	Nº total de títulos	Nº títulos amostra	% a analisar
Antropologia Cultural	AC	1666	313	19
Direito	D	12	12	100
Desenvolvimento Económico	DE	614	237	39
Doutrina Social	DS	715	251	35
Direito do Trabalho	DT	48	43	90
Dicionários	Dic	236	147	62
Empresas	E	312	173	55
Economia e Finanças	EF	1083	284	26
Educação e Investigação	EI	1028	280	27
Economia Portuguesa	EP	195	130	67
Estruturas Sociais	ES	808	261	32
Filosofia	F	614	237	39
Fundo Estado Novo	FEN	131	98	75
Geografia e Populações	GP	994	278	28
Grupo de Estudo da Família	GRAF	114	89	78
História	H	5358	359	7
Informática	I	64	55	86
Literatura e Linguística	LL	645	241	37
Metodologia	M	492	216	44
Política	P	3374	345	10
Política Social	PS	598	235	39
Questões Sociais	QS	449	208	46
Sociedade Portuguesa	S Port	718	251	35
Sociologia	SV	2013	323	16
Trabalho	T	1149	289	25

³¹ Tal como nos seguintes, no **Quadro 2** não estão representadas todas as disciplinas que constituem a “Colecção A”, tendo sido feita uma pequena selecção, de forma a evitar que os quadros se tornassem demasiado extensos, o que poria em causa a sua interpretabilidade.

Tecnologia	Tec	139	103	74
Total		25271	6326	

Como se pode verificar, existe uma enorme discrepância entre as diversas disciplinas, expressa percentualmente no **Quadro 3**, quanto à proporção de títulos a analisar para cada uma. Assim, por exemplo, Direito (D) teria de ser analisado na sua totalidade, enquanto Sociologia (16%), Política (10%) ou História (7%), apenas numa pequena parte. Existiria ainda um número total de títulos a analisar bastante elevado, o que comprometeria a exequibilidade de todo este processo.

Perante esta realidade, optámos por realizar uma amostra simples aleatória com o mesmo nível de confiança de 95%, sendo que os resultados se revelaram bem mais satisfatórios. Não só o número de títulos, 732 no total de ambas as colecções, tornou a análise exequível, como cada disciplina ficou praticamente representada nesta amostra como na realidade. O **Quadro 4** demonstra o número de títulos a analisar por cada disciplina e o peso dos mesmos no total da amostra, a partir de uma amostra simples aleatória com um nível de confiança de 95%.

Quadro 4 – Aplicação de amostra simples aleatória à “Colecção A”.

Disciplina	Cota	Nº total de títulos	Nº títulos amostra	% a analisar
Antropologia Cultural	AC	1666	25	6,60
Direito	D	12	1	0,26
Desenvolvimento Económico	DE	614	9	2,37
Doutrina Social	DS	715	10	2,64
Direito do Trabalho	DT	48	1	0,26
Dicionários	Dic	236	4	1,06
Empresas	E	312	4	1,06
Economia e Finanças	EF	1083	16	4,22
Educação e Investigação	EI	1028	16	4,22
Economia Portuguesa	EP	195	3	0,79
Estruturas Sociais	ES	808	12	3,17
Filosofia	F	614	9	2,37
Fundo Estado Novo	FEN	131	2	0,53
Geografia e Populações	GP	994	15	3,96
Grupo de Estudo da Família	GRAF	114	2	0,53
História	H	5358	79	20,84

Informática	I	64	1	0,26
Literatura e Linguística	LL	645	10	2,64
Metodologia	M	492	7	1,85
Política	P	3374	52	13,72
Política Social	PS	598	9	2,37
Questões Sociais	QS	449	6	1,58
Sociedade Portuguesa	S Port	718	11	2,90
Sociologia	SV	2013	30	7,92
Trabalho	T	1149	17	4,49
Tecnologia	Tec	139	1	0,26
Total		25271	379	~100%

Desde logo, é de realçar a grande proximidade entre a representatividade de cada disciplina nesta amostra e a respectiva representatividade real. No quadro seguinte, analisam-se as diferenças entre esta amostra e a realidade; na quarta coluna está expresso em percentagem o peso relativo de cada disciplina na colecção, ao nível da amostra e, na coluna anterior, o peso relativo na realidade. É de realçar que o desvio máximo é de apenas 0,37% e que o Desvio Padrão é de apenas 0,16%.

Quadro 5 – Comparação percentual entre a ponderação “real” e a amostra de cada disciplina para a “Colecção A”.

Disciplina	Cota	% Real	% Amostra	Diferença
Antropologia Cultural	AC	6,59	6,60	0,01
Direito	D	0,05	0,26	0,21
Desenvolvimento Económico	DE	2,43	2,37	-0,05
Doutrina Social	DS	2,83	2,64	-0,19
Direito do Trabalho	DT	0,19	0,26	0,07
Dicionários	Dic	0,93	1,06	0,12
Empresas	E	1,23	1,06	-0,18
Economia e Finanças	EF	4,29	4,22	-0,06
Educação e Investigação	EI	4,07	4,22	0,15
Economia Portuguesa	EP	0,77	0,79	0,02
Estruturas Sociais	ES	3,20	3,17	-0,03
Filosofia	F	2,43	2,37	-0,05
Fundo Estado Novo	FEN	0,52	0,53	0,01
Geografia e Populações	GP	3,93	3,96	0,02
Grupo de Estudo da Família	GRAF	0,45	0,53	0,08
História	H	21,20	20,84	-0,36

Informática	I	0,25	0,26	0,01
Literatura e Linguística	LL	2,55	2,64	0,09
Metodologia	M	1,95	1,85	-0,10
Política	P	13,35	13,72	0,37
Política Social	PS	2,37	2,37	0,01
Questões Sociais	QS	1,78	1,58	-0,19
Sociedade Portuguesa	S Port	2,84	2,90	0,06
Sociologia	SV	7,97	7,92	-0,05
Trabalho	T	4,55	4,49	-0,06
Tecnologia	Tec	0,55	0,26	-0,29
Total		100%	99,47	D.P. 0,16%

4.3 Recolha de dados

Após a escolha aleatória dos títulos a avaliar, partimos para a recolha de dados, com recurso à base de dados bibliográficos da Biblioteca do ICS/UL, coligindo para cada obra as seguintes informações: título; autor; número de exemplares; número de volumes; a existência da obra no SIBUL; data de publicação; data de aquisição; data do último empréstimo externo; e número de empréstimos.

Porquê este critério de recolha de informação? O título é meramente indicativo do conteúdo da monografia. O autor/editor é um dado de maior importância porque nos indica se aquele está ou esteve ligado ao ICS/UL ou se a publicação é da Imprensa de Ciências Sociais, editora do ICS. A data de publicação e as informações sobre o empréstimo serviram, conforme se verá, como critérios de desbaste, do mesmo modo que a data de aquisição. O número de exemplares e a existência destes títulos nas bibliotecas cooperantes do *SIBUL* ou na *PORBASE* servem para encorajar o desbaste imediato nalguns casos, bem como para reflectir sobre o destino dos materiais após o desbaste.

Quadro 6 – Informação recolhida e sua aplicação.

Informação Recolhida	Aplicação da Informação
Autor e Editor	Determinar possível ligação ao ICS
Título	Indicativo do conteúdo
Número de Exemplares	Redundância do item
Número de Volumes	Extensão da obra
Data de Publicação	Verificação da possível obsolescência
Data de Aquisição	Ligação entre o desbaste as aquisições
Último empréstimo	Apuramento da circulação/utilização
Número de empréstimos	Apuramento da circulação/utilização
Existência no SIBUL	Destino da obra após desbaste
Existência na PORBASE	Destino da obra após desbaste

Existe ainda uma limitação que não poderíamos deixar de referir. O sistema *ALEPH*, que gere toda a informação da Biblioteca, só foi implementado em 2001, pelo que não dispomos de quaisquer dados anteriores a essa data sobre empréstimo e circulação.

4.4 Desbaste em outras bibliotecas portuguesas

A ideia subjacente a este capítulo era comparar diversas práticas de desbaste existentes noutras bibliotecas de ensino superior portuguesas, desde que fossem assentes numa política baseada num documento escrito, para então, eventualmente, adaptar algumas boas práticas ao nosso objecto de estudo. A restrição a esta tipologia de bibliotecas deveu-se às características comuns que, de uma forma geral, todas partilham entre si. Assim, tendo em vista este objectivo, contactámos 35 bibliotecas de ensino superior portuguesas, não só do ensino superior universitário mas também do ensino superior politécnico, espalhadas de Norte a Sul do território continental. Contudo, o resultado ficou muito aquém do esperado, pois das oito respostas que obtivemos, só uma biblioteca realiza desbaste, embora sem periodicidade definida e sem uma política escrita. As restantes afirmaram não realizar qualquer desbaste, ou apenas exercer controlo sobre os documentos que adquirem, sendo frequente o controlo de títulos redundantes.

Perante este cenário, optámos por contactar uma outra tipologia com características comuns às bibliotecas de ensino superior, as bibliotecas especializadas. Finalmente uma, a Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, correspondeu às nossas expectativas. Embora, ao usar apenas um exemplo, o esforço de comparação esteja irremediavelmente comprometido, não poderíamos deixar de descrever sucintamente como se procede ao desbaste nas colecções desta Biblioteca.

4.4.1 Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian

A Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian é uma biblioteca especializada em Artes Visuais e Arquitectura. Fundada em 1968, designava-se inicialmente Biblioteca Geral; foi constituída para centralizar os fundos documentais dispersos pela Fundação Calouste Gulbenkian, com particular atenção para aqueles destinados a apoiar o Museu Gulbenkian e para a Biblioteca do próprio Calouste Gulbenkian. Só muito posteriormente, em 1993, viria a adoptar a sua missão actual³².

As diversas alterações conceptuais que a Biblioteca sofreu ao longo da sua História acabariam, inevitavelmente, por afectar a coerência das suas colecções. As consequências destas mudanças traduzem-se no facto de a Biblioteca possuir ainda hoje um número significativo de documentos em áreas temáticas com pouco interesse para a sua missão e os seus objectivos actuais.

Esta breve introdução histórica serve para explicar que os procedimentos de desbaste realizados na Biblioteca em causa incidem essencialmente sobre os fundos documentais que se tornaram desadequados, face à alteração da missão da instituição. Este tipo de abordagem parece-nos fazer todo o sentido, na medida em que as verbas dispendidas pela Fundação na manutenção das colecções da Biblioteca, em custos com pessoal, armazenamento, conservação e restauro, devem ser direccionadas para os documentos que realmente interessam à Biblioteca e à sua comunidade de utilizadores. Para além deste factor, há que ter em conta o tradicional problema da falta de espaço. Os depósitos desta Biblioteca estão praticamente lotados e existe uma necessidade de crescimento das colecções; portanto, faz todo o sentido substituir o obsoleto pelo novo,

³² FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. Biblioteca de Arte – **Sítio web da Biblioteca de Arte: História** [Em linha]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, actual. 22-12-2009. [Consult. 20 de Junho de 2010]. Disponível em <http://www.biblar.te.gulbenkian.pt/index.php?article=35&visual=1>

o pouco (ou menos) útil pelo muito útil, o ignorado pelo lido. Em conclusão, actualmente, a avaliação para desbaste não incide sobre todas as colecções da Biblioteca, nem sequer sobre uma grande parte, mas apenas em determinadas colecções.

A avaliação baseia-se, como é natural, num conjunto de critérios, uns de ordem qualitativa, como a obsolescência da informação e o estado de conservação, e outros de carácter quantitativo, como a circulação interna, o número de exemplares e o valor de mercado do item. O ponto de corte é determinado caso a caso, não existindo uma percentagem fixa de desbaste para os documentos que estão a ser avaliados. Também não existe uma periodicidade fixa para a realização deste procedimento, embora anualmente se identifiquem qual ou quais as áreas que deverão ser desbastadas.

Para a aplicação dos critérios enunciados, procede-se à recolha de informação sobre as obras, em concreto, dados relativos ao título, à circulação, à data de publicação, ao estado do exemplar e ao número de exemplares por título. Após a avaliação, é feita uma proposta de alienação, apresentada aos bibliotecários locais, responsáveis pela selecção de obras e pelas aquisições da Biblioteca. Se estes não levantarem qualquer objecção, a lista é apresentada à administração; caso contrário, excluem-se do desbaste os títulos que suscitaram dúvidas. Finalmente, após a aprovação por parte da administração, procede-se à execução do desbaste, antecedida por uma verificação física título a título, para evitar possíveis erros no processo, que não tenham sido detectados por algum motivo. É importante perceber que a informação recolhida informaticamente pode não ser suficiente para avaliar correctamente o documento. Por exemplo, pode dar-se o caso de uma obra que aparentemente não tem qualquer valor para a Biblioteca possuir na capa uma ilustração de um importante artista, o que justifica a sua manutenção. Só após a aplicação de todos estes procedimentos é que efectivamente se procede ao desbaste.

O desbaste significa, em muitos casos, uma “nova vida” para o documento, na medida em que existe um esforço por parte da Biblioteca de Arte para encontrar uma instituição ou um particular a quem o possa doar. Não são admitidas quaisquer soluções de transferência de suportes ou de mudança para um qualquer depósito secundário. Caso ninguém, pessoas colectivas ou individuais, tenha mostrado interesse no item, segue-se a eliminação física.

5. Desbaste

5.1 Critérios de desbaste

Para aplicar os critérios de desbaste, é necessário realizar um ajustamento à realidade da colecção que se nos apresenta. Tomemos como exemplo o critério da circulação. Se aplicarmos um critério demasiado rigoroso, por exemplo, um ano sem circulação de um item, não só aumenta o risco de realizarmos desbaste a itens que se revelariam como mais-valias para a colecção, como provavelmente teremos uma lista de sugestão de desbaste enorme, tornando-o inexecutável e excessivo. Contudo, no caso oposto, um critério pouco exigente, por exemplo vinte anos sem circulação, retiraria muito provavelmente da lista de desbaste itens desajustados e obsoletos, desvirtuando os objectivos primários desta prática. O rigor dos critérios que escolhemos foi sobretudo condicionado pela percentagem da colecção que poderia fazer parte da lista de desbaste. Pretendemos, então, que da aplicação dos critérios por nós escolhidos resulte uma lista de sugestão de desbaste que seja ao mesmo tempo executável e moderada.

Mas quanto se deve desbastar? *Jeanette Larson* aponta para uma quantidade anual semelhante à das aquisições; já *Slote* remete para valores entre 10 a 30% da colecção que está a ser avaliada, considerando que, mesmo sendo possível desbastar uma maior percentagem, o restante deve sempre ficar para uma próxima oportunidade. Como o número total de aquisições anuais da Biblioteca do ICS/UL é bem superior ao conjunto das nossas duas amostras, optamos pela sugestão de *Slantley Slote*.

5.1.1 Utilização/Circulação

Na bibliografia que consultámos, este critério é dos mais importantes e muitas vezes também aquele a que se recorre para uma primeira triagem. No método *CREW*, a sua importância é realçada da seguinte forma: “(...) *recent use may be an important factor in deciding to retain an item that you might otherwise remove from the collection*”³³. Também o plano de desbaste da Biblioteca Provincial de Sevilha nomeia este critério como um dos mais importantes³⁴ e, para darmos um exemplo francês, *Bertrand Calenge* refere: “*Nous conseillerons d'utiliser les approximations des*

³³ LARSON, Jeanette – *Op. Cit.*, p.17

³⁴ CHOCLÁN, Juana Maria Muñoz – *Op. Cit.*

*formules de la méthode DC (...) n'ayant pas été prêté dans les deux ans précédents*³⁵. Finalmente, num inquérito realizado a mais de 800 bibliotecas da América do Norte, a circulação foi o critério mais vezes indicado, em resposta à questão sobre quais os critérios de desbaste utilizados.

Talvez o autor que mais afincadamente defenda a circulação como primeiro critério de desbaste seja *Stanley Slote*. Opondo-se a qualquer método que se baseie no julgamento subjectivo de um especialista, ele reforça os critérios “mensuráveis cientificamente”. Assim, o desbaste deve partir do “*shelf-time period*” do item, isto é, do período de imobilização na estante de um material. Para *Slote*, devem ser estudados os padrões de uso das colecções, determinando-se a média de tempo em que um item não tem qualquer circulação, e, a partir dessa média, estabelecer uma data limite de não-utilização; todos os documentos sem utilização anterior a essa data deverão ser examinados para efeitos de desbaste.

De facto, não deve ter uma biblioteca o seu “foco no utilizador”? Exceptuando bibliotecas com uma componente patrimonial, como uma Biblioteca Nacional, ou casos muito específicos, como uma biblioteca que numa determinada altura decide especializar-se numa dada área ou por algum motivo alterar a sua missão, existe melhor forma de justificar a permanência de um item numa colecção do que a sua utilização por parte dos clientes da biblioteca? Por todos estes motivos, pareceu-nos que a circulação/empréstimo é um excelente critério como ponto de partida, mas evidentemente não o único; aliás, o procedimento de desbaste só faz sentido se combinar vários critérios, permitindo assim uma melhor selecção daquilo que a biblioteca e os seus utilizadores realmente não precisam. Existe, para este critério, um problema adicional que temos de realçar, designadamente, o facto de a Biblioteca do ICS/UL não manter um registo de circulação interna, mas apenas de circulação externa, isto é, de empréstimo, seja dentro da própria instituição (a investigadores, alunos ou bolseiros de investigação), ou fora dela (a outras entidades, usualmente bibliotecas, através do Empréstimo Inter-Bibliotecas – EIB). De qualquer forma, a utilização não deixa de ser um indicador significativo para avaliar o interesse de um item para os

³⁵ CALENGE, Bertrand – **Les politiques d'acquisition**. Paris: Editions du Cercle de la libraire, 1994, p.337.

utilizadores desta Biblioteca, até porque a circulação externa é aqui uma realidade diária.

5.1.2 Autor/Editor

A escolha deste critério prende-se com uma especificidade da Biblioteca do ICS/UL: tratando-se de uma biblioteca agregada a um centro de investigação, decidimos que fazia sentido manter as obras cujo autor esteja ou tenha estado ligado ao ICS. O mesmo se deverá aplicar a obras editadas pela Imprensa de Ciências Sociais, editora associada ao ICS. Desta forma, mesmo no caso de uma obra não cumprir os outros critérios, como por exemplo o da circulação, deve ser mantida; embora a Biblioteca do ICS/UL não disponha formalmente de um “Fundo Local”, onde reúna todas as obras da autoria de investigadores do referido Instituto, deve realizar um “esforço patrimonial” para salvaguardar esse legado, que lhe é certamente tão caro.

5.1.3 Idade/Data de publicação

Este será porventura o critério mais perigoso, mais contestado e o que mais facilmente cria situações ambíguas. Contudo, todos os principais autores o referem e são unânimes em considerar que existe uma relação entre a idade de um item e a sua utilização. Alguns vão mais longe, como *Tony Houghton*, investigador britânico que define a idade de um livro como o equivalente ao dobro da idade média da colecção; isto é, se numa determinada colecção a idade média é de 7 anos, em teoria, um item dessa colecção tem uma vida útil de 14 anos³⁶. Embora tudo isto possa ser verdade, é preciso ter algumas reservas na utilização deste critério, sobretudo porque estamos perante uma biblioteca especializada em Ciências Sociais. Se em algumas “disciplinas”, como Informática, Gestão ou Medicina, o conhecimento se renova muito rapidamente e, em consequência, a obsolescência científica se atinge em poucos anos, noutras, como Filosofia, História ou Sociologia, esse factor tarda mais em surgir; e é exactamente de obras destas áreas que estamos a tratar. Ainda assim, arriscamos utilizá-lo porque, de facto a Biblioteca do ICS/UL pretende, como afirma na sua missão, “disponibilizar documentação e informação aos utilizadores, independentemente do tipo de suporte, no

³⁶GAUDET, Françoise;CLAUDINE, Lieber; ARNOULT, Jean Marie – *Op. Cit.*, p. 31.

domínio das Ciências Sociais”³⁷, deve disponibilizar-lhes informação actualizada, face a um mundo académico em constante revisão e mudança. De qualquer forma, este critério surge depois de aplicados os outros dois e qualquer obra terá ainda de passar pelo olhar atento do especialista antes de ser realmente abatida.

Estabelecemos então uma baliza cronológica, fora da qual qualquer item que conste na lista de desbaste saia imediatamente. Assim, qualquer item anterior a 1958 e posterior a 1994 deve permanecer na colecção. A manutenção dos itens mais antigos justifica-se pelo seu valor histórico e patrimonial; a Biblioteca do ICS/UL possui na sua colecção obras dos séculos XVIII e XIX, que certamente deverá querer manter. Quanto às obras que se situam já na segunda metade do século XX, até 1958, utilizámos esta data pelo facto de estar consagrada na legislação espanhola, tendo sido esta a única sugestão que encontramos³⁸.

Em relação aos títulos mais recentes, ou seja, qualquer item que em 2010 tenha sido editado há menos de 15 anos, decidimos mantê-los pela maior probabilidade de conterem informação actual ou de ainda virem a ser utilizados. Evidentemente que existirão obras de 1990 com informação mais válida e actual do que outras de 2001, mas o inverso é muito mais provável e expectável. Aliás, encontramos práticas bem mais “radicais” na adopção deste critério, mesmo aplicadas a colecções sem um forte pendor científico, como é o caso das bibliotecas públicas da *Diputación de Barcelona*, que sobre este assunto têm a seguinte posição: “*libros de ciencia y tecnología con más de diez años se consideran obsoletos con algunas excepciones.*”³⁹

³⁷ Instituto de Ciências Sociais. Biblioteca do ICS – **Sítio web da Biblioteca do ICS** [Em linha]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. [Consult. 2 de Maio de 2010]. Disponível em <http://www.ics.ul.pt/biblioteca/?doc=31809978538&ln=p&mm=3&mnid=2&ctmid=5>

³⁸ **LEY 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español** [Em Linha] Madrid, 1985. [Consult. 12 Jun. 2010]. Disponível em <http://www.mcu.es/patrimonio/docs/ley16-1985.pdf>. Embora desconheçamos as razões por detrás desta escolha, certamente foi alvo de algum cuidado por parte do legislador espanhol, apresentando-se como uma data mais fiável do que qualquer outra que pudéssemos ter escolhido, de forma mais ou menos arbitrária.

³⁹ Deputació Barcelona - **Política de desarrollo de la colección del Servicio de Bibliotecas de la Diputación de Barcelona**. [Em linha] Barcelona: Diputación de Barcelona. Servicio de Bibliotecas, 2003. [Consult. 10 de Maio de 2010]. Disponível em: www.diba.es/biblioteques/documentspdf/pdc-cast.pdf.

Não poderíamos ainda deixar de referir, por uma questão de honestidade intelectual, algumas metodologias que têm sido seguidas para determinar o envelhecimento da literatura científica, mas que, infelizmente, não estiveram ao nosso alcance, quer por falta de dados, quer por exigirem estudos complexos, que pressupõem um volume de trabalho e de recursos humanos e financeiros impossíveis para nós. Trata-se de estudos de Bibliometria, que se baseiam em dados quantitativos aos quais se aplicam modelos matemáticos, por vezes com algum grau de complexidade. Como exemplos, podemos referir a Lei de *Brooks* de 1970 ou o método de *Griffith*⁴⁰. Uma das bases habituais destes métodos, e simultaneamente um dos principais motivos que nos impossibilitou de os incluir, é a contagem de referências e citações dos itens em causa noutras publicações de carácter científico, sendo a evolução anual dos resultados da contagem associada à idade do item para o declarar obsoleto ou não.

5.1 4.Data de aquisição

A data de aquisição reflecte a ligação entre as aquisições e o desbaste, uma dupla indissociável. A Biblioteca do ICS/UL adquire frequentemente obras com uma certa idade a pedido dos seus investigadores. Assim, sem este dado, poderia dar-se o caso de se propor a desbaste uma obra adquirida em 2009 mas que, devido a uma data de publicação recuada, não só poderia não passar no critério da idade, como facilmente poderia ser confundida com uma obra que nunca tinha sido requisitada, quando na realidade ainda estava há demasiadamente pouco tempo nas colecções da Biblioteca para se ter uma percepção da sua utilização; tal não faria muito sentido.

⁴⁰ Sobre estes estudos e a sua metodologia: BAÑOS, Rosario Ruiz; BAILÓN-MORENO, Rafael – **Métodos para medir experimentalmente el envejecimiento de la literatura científica**. Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios. Sevilla: Asociación Andaluza de Bibliotecarios. 13:46 (Março 1997), p. 57-75.

5.2 Aplicação dos critérios de desbaste

“Colecção A”

Tal como já referimos, pretendíamos obter uma lista final que oscilasse entre 10% e 30% da amostra que analisámos. Desta forma, após a aplicação de todos os critérios, chegámos a uma lista final que corresponde a 40% de títulos e volumes para a “Colecção A”. Sabendo que essa lista deveria posteriormente ser apresentada a um grupo de investigadores, certamente seria abatido um número menor de volumes, já dentro das balizas propostas por *Slote*.

Circulação/Utilização

Por todos os motivos apresentados, decidimos excluir os títulos que não tiveram qualquer circulação desde 2001. Obtivemos os seguintes resultados para a “Colecção A”:

Quadros 7 e 8 – Número de títulos e de volumes consoante a circulação, para a “Colecção A”.

Critério	Nº Títulos	%
Sem Emp.	215	59%
Com Emp.	164	41%
Total	363	100%

Critério	Nº Vol.	%
Sem Emp.	292	57%
Com Emp.	233	43%
Total	511	100%

Autor/Editor “local”

Em seguida, excluámos dessa lista todos os títulos que continham uma colaboração de um investigador com ligação ao ICS ou que foram editados pela Imprensa de Ciências Sociais.

Quadros 9 e 10 – Número de títulos e de volumes que se mantêm na lista de desbaste, excluídos os de autor e editor “local”, para a “Colecção A”.

Critério	Nº Títulos	%
Autor não ICS	214	56%

Critério	Nº Vol.	%
Autor não ICS	291	55%

Data de publicação

Como já referimos, para o critério data de publicação excluimos todos os títulos anteriores a 1958 e posteriores a 1994.

Quadro 11 e 12 – Número de títulos e de volumes ainda presentes na lista de desbaste após a aplicação do critério de idade, para a “Colecção A”.

Critério	Nº Títulos	%
Data Pub.	154	41%

Critério	Nº Vol.	%
Data Pub.	227	43%

Data de aquisição

Uma última exclusão retirou da lista todos os títulos que foram adquiridos anteriormente a 2001.

Quadros 13 e 14 – Número de títulos e de volumes da lista de desbaste após a aplicação de todos os critérios, para a “Colecção A”.

Critério	Nº Títulos	%
Data Aquisição	151	40%

Critério	Nº Vol.	%
Data Aquisição	212	40%

Após a aplicação destes critérios, para a “Colecção A”, permaneceram 151 títulos, correspondentes a 207 volumes, num total de 40% do total da amostra.

“Colecção B”

Aplicámos à “Colecção B” os mesmos critérios que à “Colecção A”. Esperávamos, pelas características específicas da “Colecção B”, já referidas no **Quadro 1**, que os resultados indicassem que nos próximos anos esta colecção não seria alvo de qualquer desbaste. Esta nossa ideia, que apenas em parte de revelou errada, resultava do seguinte raciocínio: esta colecção, muito mais “jovem” e actual, teria um maior número de títulos com circulação, um maior número de títulos adquiridos recentemente e, ao mesmo tempo, um menor número de títulos com uma data de publicação recuada. Por todos estes motivos, a sua lista de sugestão de desbaste seria significativamente menor. Finalmente, se a “Colecção A” (25271 títulos) é bastante maior do que a “Colecção B”

(4572 títulos), então iríamos sugerir que, por enquanto, qualquer desbaste incidisse apenas sobre a “Colecção A”.

No entanto, as nossas percepções estavam de certo modo erradas. De facto, a “Colecção B” é tudo aquilo que apontámos, mais jovem, com maior circulação e mais actualizada; porém, a diferença é bem menor do que esperávamos e, após a aplicação dos critérios de desbaste, obtivemos resultados ainda significativos para a constituição de uma lista de desbaste. Esta realidade deve-se, em grande medida, ao esforço de reconversão de cotas que tem vindo a ser realizado pela Biblioteca. Assim, procedendo da forma que de seguida iremos demonstrar, obtivemos uma lista que corresponde a cerca de 19% de títulos e 17% dos volumes que analisámos.

Circulação/Utilização

A primeira “triagem” excluiu todos os títulos sem qualquer circulação desde 2001.

Quadros 14 e 15 – Número de títulos e de volumes consoante a circulação, para a “Colecção B”.

Critério	Nº Títulos	%
Sem Emp.	169	49%
Com Emp.	175	51%
Total	344	100%

Critério	Nº Vol.	%
Sem Emp.	188	48%
Com Emp.	201	52%
Total	389	100%

Autor/Editor “local”

Seguiu-se a verificação de que nenhuma obra incluída na lista de sugestão de desbaste era de um autor com ligações presentes ou passadas ao ICS/UL ou editada pela Imprensa de Ciências Sociais.

Quadros 15 e 16 – Número de títulos e de volumes que se mantêm na lista de desbaste, excluídos os de autor e editor “local”, para a “Colecção B”.

Critério	Nº Títulos	%
Autor não ICS	165	48%

Critério	Nº Vol.	%
Autor não ICS	182	47%

Data de publicação

Como já referimos, para o critério data de publicação excluimos todos os títulos anteriores a 1958 e posteriores a 1994.

Quadros 17 e 18 – Número de títulos e de volumes ainda presentes na lista de desbaste após a aplicação do critério de idade, para a “Colecção B”.

Critério	Nº Títulos	%
Data Pub.	70	20%

Critério	Nº Vol.	%
Data Pub.	75	19%

Data de aquisição

Finalmente, retiraram-se da lista de sugestão de desbaste as obras adquiridas após 2001.

Quadros 19 e 20 – Número de títulos e de volumes da lista de desbaste após a aplicação de todos os critérios, para a “Colecção B”.

Critério	Nº Títulos	%
Data Aquisição	66	19%

Critério	Nº Vol.	%
Data Aquisição	68	17%

5.3 Redundância

Ainda não abordámos a questão dos títulos redundantes, isto é, duplicados, triplicados e assim sucessivamente. Por motivos óbvios, estes são muitas vezes visados num processo de desbaste⁴¹. De facto, todas as normas de desbaste que consultámos tocam neste aspecto, desbastando-se normalmente o segundo exemplar de uma determinada obra, por vezes com excepção de alguns casos particulares⁴². Para abordarmos correctamente este assunto, consideramos necessário ter em conta os seguintes aspectos: Que motivos levaram, ou levam, à existência de múltiplos exemplares de um só título? Qual a frequência desta situação na Biblioteca do ICS/UL? Que política adoptar?

⁴¹ GAUDET, Françoise;CLAUDINE, Lieber; ARNOULT, Jean Marie – *Op. Cit.*, p.91.

⁴² Biblioteca de la Universidad de Valladolid. **Normativa de expurgo de la Biblioteca de la Universidad de Valladolid**. Valladolid: [s.e.], 2006.

5.3.1 Como podem surgir títulos redundantes?

Sobre esta questão, encontramos um interessante artigo no *Boletín ANABAD*, publicação periódica da extinta *Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas (ANABAD)*, actual *Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas* (manteve o mesmo acrónimo), da autoria de *Ramón Abad Hiraldo*⁴³. Embora este artigo tenha já alguns anos (1991), explora exactamente o tema da redundância aplicado a Bibliotecas Universitárias espanholas.

O autor descreve de uma forma clara as três situações que, segundo o próprio, levam à existência de “duplicados” numa Biblioteca Universitária, nomeadamente, “duplicação não-controlada”, “duplicação controlada” e “duplicação cooperativa”. A primeira remete para uma realidade onde não existe qualquer ligação entre as aquisições e a colecção da biblioteca, ou seja, para a inexistência de um filtro ou controlo que permita à biblioteca descortinar se as novas aquisições correspondem a aquisições anteriores. Segue-se a “duplicação controlada”, que consiste num conjunto de decisões deliberadas, tomadas de acordo com a política de aquisições, em que a aquisição de múltiplos exemplares se justifica por razões concretas (circulação, patrimonial, etc.). Finalmente, a “duplicação cooperativa” corresponde a uma estratégia de aquisições realizada num contexto de rede de bibliotecas.

5.3.2 O caso da Biblioteca do ICS/UL

No caso da Biblioteca do ICS/UL, a existência de duplicados ocorreu devido às duas primeiras situações anteriormente descritas. Foram adquiridos vários exemplares de alguns títulos propositadamente, enquanto outros casos de duplicação simplesmente resultaram da inclusão de algumas doações e fundos, como o fundo Sedas Nunes, ou da falta de controlo de aquisições, até sensivelmente ao ano de 2002. No presente, a postura da Biblioteca é totalmente diferente pois, embora informalmente, os bibliotecários locais alertam os investigadores quando estes propõem a aquisição de um título do qual já existe um exemplar, de forma a evitar a aquisição e a consequente duplicação. Para além deste facto, o próprio regulamento é claro na gestão de doações, quando surgem duplicados, referindo: “ Sempre que se verifique existirem publicações

⁴³ HIRALDO, Ramón Abad – **Art. Cit.**

em duplicado e que os mesmos não sejam necessários para os utilizadores do ICS, podem ser oferecidos a outras Bibliotecas da Universidade ou a leitores presenciais, mediante parecer favorável do Investigador Bibliotecário.”⁴⁴ Por fim, é de referir que ultimamente se têm eliminado bastantes “duplicados”, através de vendas e ofertas regulares.

Podemos concluir que existem dois momentos distintos nas práticas seguidas nesta Biblioteca, mais concretamente, um primeiro em que não existiu uma preocupação clara com a duplicação de títulos e um segundo em que a duplicação, salvo algumas excepções, não é de todo desejada. É curioso verificar que esta mudança de paradigma está bem presente nas amostras que analisámos, pois encontramos um maior número de “duplicados” na colecção cujas aquisições correspondem sobretudo à primeira situação, a “**Colecção A**”, conforme se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 20 – “Duplicados” na Biblioteca do ICS/UL segundo a amostra escolhida.

Duplicados	Colecção "A"	Colecção "B"
Duplicados na lista de desbaste	8 (2%)	0 (0%)
Duplicados fora da lista de desbaste	11 (3%)	4 (1%)
Total Duplicados	19 (5%)	4 (1%)

5.3.3 Que política adoptar?

Da análise do **Quadro 20** podemos retirar importantes conclusões práticas sobre esta questão específica. A primeira é a da extrema eficácia da política de controlo de duplicados que tem vindo a ser realizada, pois apenas em 1% dos títulos da “**Colecção B**” existe mais do que um exemplar. A segunda conclusão é a de que, mesmo no caso da “**Colecção A**”, a percentagem de “duplicados” é relativamente pequena, pelo que limitarmo-nos à sua eliminação não é suficiente para a resolução dos problemas que nos têm sido postos; esta verificação leva-nos, mais uma vez, a sublinhar a necessidade de implementação de uma política de desbaste nesta Biblioteca.

⁴⁴ Instituto de Ciências Sociais. Biblioteca do ICS – **Sítio web da Biblioteca do ICS** [Em linha]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. [Consult. 2 de Maio de 2010]. Disponível em <http://www.ics.ul.pt/biblioteca/?doc=31809978538&ln=p&mm=3&mnid=2&ctmid=5>

Quanto aos “duplicados”, cremos ser legítimo que os correspondentes a títulos que integram a lista de “sugestão” de desbaste sigam imediatamente para esse fim, enquanto o destino dos exemplares únicos permanece pendente, aguardando a avaliação por parte dos investigadores.

No que respeita aos restantes “duplicados”, regressamos a *Ramón Hirado*; o autor espanhol refere que é necessário ter em conta a política de aquisições, as necessidades académicas, as colecções e os utilizadores, para podermos estabelecer uma política coerente neste ponto. Já percebemos que a actual política de aquisições da Biblioteca do ICS/UL rejeita, de uma forma geral, a constituição de “duplicados”, com algumas excepções, correspondentes a autores que num determinado período da sua vida estiveram ligados ao ICS e a obras editadas pela Imprensa de Ciências Sociais. Para uma conveniente resposta às necessidades académicas, deve existir a preocupação de perceber se algum título em duplicação corresponde a uma obra de referência de uma qualquer bibliografia de um curso ministrado pelo ICS; esta verificação deverá ocorrer tendo em conta as bibliografias dos cinco últimos anos.

Finalmente, coloca-se a questão do interesse dos utilizadores. Para nos elucidar sobre este aspecto, recorreremos mais uma vez ao critério da circulação; mas com que rigor devemos aplicá-lo agora? Façamos então o seguinte raciocínio: se, tal como refere *Hirado*, as colecções de uma Biblioteca Universitária estão principalmente ao serviço de docentes, investigadores e alunos, o que exige uma acessibilidade rápida⁴⁵, então o que justifica manter um exemplar (ou até mais) extra é a necessidade de evitar que um utilizador não obtenha a informação que procura, caso o documento que a contém tenha bastante procura e esteja em empréstimo. Seguindo esta linha de pensamento, consultámos uma vez mais o regulamento da Biblioteca do ICS/UL, neste caso em relação aos empréstimos domiciliários, e verificámos que um investigador pode reter uma obra durante um ano, no máximo; passado um mês, se existir procura desse título por parte de outro utilizador, o investigador é informado de que deverá devolvê-lo. Embora exista esta preocupação, é um processo que poderá ser moroso e, eventualmente, causar alguns conflitos, pelo que tomámos como valor temporal de referência um ano, pois é o máximo que um item pode estar emprestado. Assim, um

⁴⁵ HIRALDO, Ramón Abad – **Art. Cit.**

“duplicado” deverá ser mantido se o mesmo acumular mais que 5+1 empréstimos nos últimos 5 anos.

Em conclusão, apenas se deverá manter mais do que um exemplar por título numa de três situações: trata-se de um autor “local”; trata-se de uma obra de referência da bibliografia de um curso leccionado no ICS nos últimos cinco anos; o título tem um histórico de empréstimo que o justifica.

5.4 Obras de referência

As obras de referência (dicionários, enciclopédias, atlas, etc.) apresentam-se como um caso particular dentro do conjunto de itens que constituem qualquer colecção de uma biblioteca, visto que sobre as mesmas não costumam incidir quaisquer registos de utilização/circulação. Embora a Internet desempenhe um papel cada vez maior neste domínio, uma boa colecção de obras de referência é ainda fundamental em qualquer biblioteca e, por vezes, é tão importante possuir obras de referência fiáveis, imediatamente disponíveis, como recursos electrónicos, cujo acesso é mais demorado⁴⁶.

Já que as obras de referência não estão disponíveis para empréstimo, os critérios de desbaste terão de ser a existência de novas edições, a idade do documento e a validade da informação. *Jeanette Larson* sugere um desbaste “automático” de edições antigas, sempre que uma nova edição seja adquirida, e, em relação às restantes obras de referência, defende a respectiva avaliação qualitativa. *Slote* realça também a necessidade de se avaliar a informação de forma qualitativa; no entanto, vai mais longe, sugerindo que se estabeleça um critério com base na idade do item e, ainda, que se cruze a colecção de referência com bibliografias temáticas recomendadas.

Com base nas ideias destes dois especialistas, parece-nos indicado adoptar a seguinte política em relação a obras de referência: sempre que realize um desbaste, a Biblioteca verifica a existência de novas edições para as obras de referência; caso existam, deve procurar adquiri-las, retirando da colecção a edição antiga assim que a nova estiver disponível para consulta. Quanto às restantes obras de referências, as que

⁴⁶ LARSON, Jeanette – *Op. Cit.*, p. 33.

tiverem uma data de edição igual ou superior a 15 anos, serão avaliadas pela comissão de avaliação, que decidirá a sua manutenção ou não na colecção.

6. Após o desbaste

Após o desbaste, o bibliotecário dispõe de um conjunto de soluções para os documentos que, por qualquer das razões que temos vindo a apresentar, não servem as colecções da biblioteca. As diferentes soluções dependem essencialmente de dois factores, as possibilidades da biblioteca e a própria tipologia dos documentos⁴⁷.

Se quiser manter os documentos desbastados incólumes, a biblioteca pode procurar-lhes um novo espaço, por exemplo, reorganizando a área disponível, para aumentar a capacidade de armazenamento, através da aquisição de estantes compactas ou de maior número de estantes tradicionais. Outra solução que a biblioteca pode adoptar é a relegação para o depósito, quer para um depósito interno, se este existir, quer para um depósito externo, caso seja necessária a construção/aluguer de um novo espaço⁴⁸. Finalmente, se a instituição escolher não conservar os documentos no seu formato original, existe sempre a hipótese de uma transferência de suportes para microfilme ou para um formato digital, mantendo-se a informação disponível para a comunidade da biblioteca, com uma redução significativa de espaço físico.

Quanto à tipologia dos documentos desbastados, influencia o “destino” destes na medida em que pode ou não ser interessante para uma outra biblioteca, instituição ou para o público em geral. Desta forma, podem negociar-se permutas, vendas e doações.

Se nenhuma das soluções enunciadas for exequível, procede-se à eliminação física dos documentos, mas apenas após esgotadas todas as possibilidades.

Impõe-se agora a questão: no caso que se nos apresenta, qual será a melhor solução, ou a melhor solução possível?

Das hipóteses enumeradas, mantendo a Biblioteca do ICS/UL a documentação, apenas a relegação para depósito interno é viável, estando fora de questão a aquisição de um novo espaço ou um forte investimento na transferência de suportes. Como vimos, o

⁴⁷ GAUDET, Françoise; CLAUDINE, Lieber; ARNOULT, Jean Marie – *Op. Cit.*, p. 113.

⁴⁸ A relegação para depósito também pode servir para proteger os documentos frágeis, raros e caros.

depósito ainda consegue albergar cerca de 5500 exemplares, pelo que deverá ser utilizado em determinados casos; no entanto, não poderá ser a única solução, visto que também as suas limitações em termos de espaço. Restam a transferência dos itens para terceiros ou a sua eliminação física.

Mas em que consiste a documentação em causa? Recorrendo às listas de desbaste da nossa amostra, podemos tirar algumas conclusões. Trata-se essencialmente de documentos em línguas estrangeiras, como demonstram os **Quadros 21 e 22**, com cerca de 78% dos títulos e 60% dos volumes distribuídos entre o Francês, Inglês, Castelhana e Italiano.

Quadros 21 e 22 – Número de títulos e volumes na lista de desbaste editados em língua portuguesa.

Língua	N.º Títulos	%
Português	45	28

Língua	N.º Vols	%
Português	89	40

Procurámos ainda testar a existência desta documentação noutras bibliotecas, realizando pesquisas nos catálogos colectivos SIBUL e PORBASE. Os quadros seguintes sistematizam essa informação.

Quadros 22 e 23 – Número títulos e volumes existentes em dois dos principais catálogos colectivos portugueses.

	N.º Títulos	%
SIBUL	50	31
PORBASE	93	58
S/ existência	62	38

	N.º Vol.	%
SIBUL	85	38
PORBASE	145	66
S/ existência	70	32

Podemos, então, verificar que cerca de um terço da lista de desbaste não se encontra disponível em nenhuma biblioteca que integre o SIBUL ou a PORBASE. Era aconselhável que alguma outra instituição se mostrasse disponível para conservar e garantir o acesso a estes documentos, sobretudo.

6.1 Avaliação do desbaste

Um aspecto que não deve ser esquecido é a avaliação de todo o processo de desbaste. A avaliação deve ter como objectivo primeiro diagnosticar quais os benefícios que a biblioteca retirou daquela operação, sobretudo a nível da colecção, como o aumento da circulação de documentos e da satisfação dos utilizadores, a par de alguns objectivos laterais, como o levantamento de falhas a corrigir ou dos custos que o processo acarretou para os diversos serviços da biblioteca.

A avaliação do desbaste implica a recolha do maior número de dados possíveis relativos ao processo, como a sua duração, o número de documentos retirados da colecção, o número de funcionários envolvidos; é também necessário verificar as estatísticas de circulação, criar uma lista de todos os títulos desbastados, assim como do seu destino, inquirir os utilizadores sobre os impactos do processo, etc. Após a análise de toda esta informação, deve ser redigido um documento que faça um balanço final do processo do desbaste e do estado actual das colecções, emitindo sugestões para futuros desbastes, relativas, por exemplo, à sua periodicidade e à manutenção ou alteração dos critérios a usar.

7. Destino dos itens desbastados

Após a análise dos títulos que se encontrariam em lista de desbaste, sentimo-nos mais seguros para sugerir alguns procedimentos. Em relação aos itens que, estando inicialmente na lista de desbaste, os investigadores achem pertinente salvaguardar, a melhor solução é não voltar a integrá-los na Biblioteca em livre acesso; deve optar-se por conversá-los, relegando-os para o depósito. Quanto aos restantes documentos, dever-se-á procurar doá-los. Para tal sugerimos:

- **Bibliotecas ligadas à Universidade de Lisboa⁴⁹** - e consequentemente ligadas também ao SIBUL. Esta deverá ser a primeira solução porque, por um lado, a documentação existente na Biblioteca do ICS/UL cobre áreas de interesse de diversas Bibliotecas Universitárias que integram o SIBUL, por exemplo Direito (FDUL), História e Antropologia (FLUL)

⁴⁹ Consequentemente também ligadas ao catálogo colectivo ao SIBUL.

ou Psicologia (FPUL); por outro lado, assim salvaguardam-se os interesses dos utilizadores da Biblioteca do ICS, visto existir já uma prática institucionalizada e normalizada de EIB entre estas instituições.

Uma vez que, provavelmente, as bibliotecas referidas não absorverão toda a lista de desbaste, podem procurar-se outras soluções, ainda dentro desta lógica de doação a instituições congéneres como:

- **Biblioteca Nacional de Portugal** - Para os documentos que não façam parte da PORBASE, seria interessante o estabelecimento de um protocolo com a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), visto esta instituição possui uma missão patrimonial e disponibilizar a informação que possui sem grandes obstáculos, para além da sua proximidade geográfica ao ICS/UL. A missão da BNP inclui a “(...) recolha, tratamento e conservação do património documental português, em língua portuguesa e sobre Portugal, nos vários tipos de suporte em que este se apresente, bem como assegurar o seu estudo, divulgação e as condições para a sua fruição e garantir a classificação e inventariação do património bibliográfico nacional”⁵⁰. Embora, como vimos, a documentação que analisámos esteja em língua estrangeira, uma boa parte aborda temas relacionados com Portugal, inserindo-se plenamente na missão da BNP. Por outro lado, conforme verificámos, muitos dos títulos em língua estrangeira que não abordam problemáticas relacionadas com a nossa pátria foram produzidos por autores com bastante expressão nas colecções da BNP, o que nos leva a supor que esta poderia estar interessada nas mesmas.
- **Bibliotecas Municipais de Lisboa** - Para as obras em língua estrangeira já existentes na PORBASE e no SIBUL e, eventualmente, para obras em língua portuguesa que as Bibliotecas Municipais de Lisboa não possuam, já que a Biblioteca Municipal Central – Palácio Galveias é abrangida pela Lei do Depósito Legal e tendencialmente já terá uma boa parte das

⁵⁰BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – **Sítio web da Biblioteca Nacional de Portugal** [Em linha]. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. [Consult. 23 de Junho de 2010]. Disponível em http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=29

obras que a Biblioteca do ICS/UL pretenda doar em língua portuguesa. Acresce que a rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa disponibiliza de forma eficaz a documentação, para além da Biblioteca Municipal Central estar fisicamente próxima do ICS/UL.

Finalmente, caso ainda sobre títulos, estes deverão ser vendidos a um baixo preço ou doados a particulares. Apenas percorridas todas estas etapas se deve proceder à eliminação física do objecto.

8. CONCLUSÃO

Como referimos na introdução, o objectivo principal deste relatório de estágio é a definição de uma política de desbaste para a colecção de monografias da Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Cremos que esse objectivo foi atingido através do documento elaborado, em anexo, que pretende estabelecer a referida política de desbaste. Trata-se de um documento que foi elaborado após a análise das principais tendências internacionais seguidas e de um estudo exaustivo das colecções de monografias da referida Biblioteca.

Não tivemos como objectivo elaborar um plano de desbaste, visto que este deverá anteceder no imediato um procedimento de desbaste. A tarefa de elaborar um plano de desbaste compete à bibliotecária responsável em articulação com a Comissão de Gestão. Contudo, o plano de desbaste poderá ser, se assim o entenderem a bibliotecária responsável e a Comissão de Gestão, o resultado da aplicação da nossa política de desbaste.

Outras conclusões resultaram da elaboração deste relatório de estágio:

→ No caso específico da Biblioteca do ICS/UL, concluímos a necessidade urgente de definição de uma política de desbaste, visto ser inevitável a sua execução, pela primeira vez, a curto/médio prazo. Devido, provavelmente, ao facto de não ter sido executado qualquer desbaste criterioso nos últimos 40 anos de existência da Biblioteca, notamos que existe uma grande colecção não-corrente, recuperando o conceito de *Stanley Slote*; esta colecção inclui um número significativo de obras sem circulação e com uma idade avançada, sendo fácil especular sobre a sua obsolescência e, ao mesmo tempo, sobre a sua utilidade.

→ Outra conclusão é a ausência generalizada de uma política de desbaste nas bibliotecas portuguesas em contraste com a realidade de muitos outros países “ocidentais”. A perspectiva da biblioteca deixar de possuir determinados documentos pode facilmente levantar as mais apaixonadas objecções. Contudo, cremos que demonstrámos que os seus benefícios superam os riscos e eventuais perdas, e também a

inevitabilidade desta prática. Assim, não existe na nossa opinião qualquer motivo para que esta prática, que vingou com tanto sucesso no estrangeiro, não se aplique sistematicamente em Portugal, evitando assim as arbitrariedades pessoais que provavelmente ocorrem actualmente em muitas bibliotecas portuguesas. Perante este panorama, o nosso trabalho adquire um carácter pioneiro, pois será certamente um dos primeiros com este tema em Portugal.

→ Outras questões prendem-se com a política de aquisições; embora estejamos perante uma Biblioteca Universitária, de cuja missão faz parte o apoio a docentes e a investigadores, acreditamos que seria benéfica a existência de uma política de aquisições melhor definida e clara. Constatámos também a eficácia do controlo de aquisições de obras redundantes.

→ Finalmente, outra conclusão que podemos retirar é a de que, após o desbaste, a grande maioria das obras terá de sair da instituição, devido às limitações em termos de espaço no depósito existente. A Biblioteca do ICS/UL possui uma parte significativa de obras em língua estrangeira não muito usuais em bibliotecas portuguesas, pelo que será necessário um esforço no sentido de evitar a sua eliminação, que idealmente passará pela deslocalização dessas obras para outras bibliotecas que estejam interessadas nas mesmas.

BIBLIOGRAFIA

- ABAD HIRALDO, Ramón - **Las Duplicaciones: Su análisis en el contexto de la Biblioteca Universitaria**. Boletín ANABAD. Madrid: Asociación Nacional de Archiveros Bibliotecarios Arqueólogos Documentalistas. :1 (1991 Janeiro-Março).
- BAÑOS, Rosario Ruiz; BAILÓN-MORENO, Rafael – **Métodos para medir experimentalmente el envejecimiento de la literatura científica**. Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios. Sevilla: Asociación Andaluza de Bibliotecarios. 13:46 (Março 1997), p. 57-75.
- BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA – **Regulamento**. Lisboa: Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – **Sítio web da Biblioteca Nacional de Portugal** [Em linha]. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. [Consult. 23 de Junho de 2010]. Disponível em http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=29
- BIBLIOTECA DE LA UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID. **Política de gestión de las colecciones de la biblioteca de la Universidad Complutense de Madrid**. Madrid: [s.e.], 2009.
- BIBLIOTECA DE LA UNIVERSIDAD DE VALLADOLID. **Normativa de expurgo de la Biblioteca de la Universidad de Valladolid**. Valladolid: [s.e.], 2006.
- BROPHY, Peter – **The Academic Library**. 2th ed. London : Facet Publishing, 2005.
- CALENGE, Bertrand – **Les politiques d’acquisition**. Paris: Editions du Cercle de la libraire, 1994
- CALIFORNIA DEPARTMENT OF EDUCATION – **Weeding the school library**. Sacramento: [s.n., s.d.].
- CASSELL, Kay Ann [Et. Al.] – **Gifts for the Collections: Guidelines for Libraries**. The Hague: IFLA, 2008

- CHOCLÁN, Juana Maria Muñoz – **El “Plan de expurgo de fondos bibliográficos” de la Biblioteca Pública Provincial de Sevilla** [Em linha]. Sevilla: Asociación Andaluza de Bibliotecários, 1999. [Consult. 20 de Maio de 2010]. Disponível em: http://www.aab.es/Joomla/index.php?option=com_content&task=view&id=74&Itemid=64
- DEPUTACIÓ BARCELONA - **Política de desarrollo de la colección del Servicio de Bibliotecas de la Diputación de Barcelona.** [Em linha] Barcelona: Diputación de Barcelona. Servicio de Bibliotecas, 2003. [Consult. 10 de Maio de 2010]. Disponível em: www.diba.es/biblioteques/documentspdf/pdc-cast.pdf.
- **DICIONÁRIO DO LIVRO** – Maria Isabel Faria, Maria da Graça Perdigão; prefácio de José V. De Pina Martins-S.I.: Guimarães Editores, 1988.
- DILEVKO, Juris; GOTTLIEB, Lisa – **Weed to Achieve: A Fundamental Part of the Public Library Mission?** Library Collections, Acquisitions, & Technical Services. Toronto: Pergamon. 27 (2003) 73-96.
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. **Biblioteca de Arte – Sítio web da Biblioteca de Arte: História** [Em linha]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, actual. 22-12-2009. [Consult. 20 de Junho de 2010]. Disponível em <http://www.biblarte.gulbenkian.pt/index.php?article=35&visual=1>
- GAUDET, Françoise; CLAUDINE, Lieber; ARNOULT, Jean Marie – **Désherber en bibliothèque: Manuel pratique de révision des collections.** Pref. Michel Melot. Paris: Éd. du Cercle de la Librairie, cop. 1996.
- INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Biblioteca do ICS – Sítio web da Biblioteca do ICS** [Em linha]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. [Consult. 2 de Maio de 2010]. Disponível em <http://www.ics.ul.pt/biblioteca/?doc=31809978538&ln=p&mm=3&mnid=2&ctmid=5>
- JENKINS, Paul O. – **Faculty-librarian relationships.** Oxford: Chandos, 2005.
- LARSON, Jeanette – **CREW: A Weeding Manual for Modern Libraries, Revised and Updated.** Austin, Texas: Texas State Library and Archives Commission, 2008

- **LEY 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español** [Em Linha] Madrid, 1985. [Consult. 12 Jun. 2010]. Disponível em <http://www.mcu.es/patrimonio/docs/ley16-1985.pdf>.
- PINTO, Sandra Marques – **O Papel do Bibliotecário na Gestão e Desenvolvimento de Coleções Digitais: novos procedimentos, novas competências no ambiente digital**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Julho 2003.
- REITZ, Joan M. – **ODLIS: Online Dictionary for Library and Information Science**. [Em Linha] s.l.: Libraries Unlimited, 2004. [Consult. 09 Jun. 2010]. Disponível em: http://lu.com/odlis/odlis_w.cfm.
- SLOTE, Stanley – **Weeding library collections: library weeding methods**. 4th ed. Englewood: Libraries Unlimited, 1997.

ANEXO 1 - Política de desbaste

Desbaste

O desbaste é uma operação técnica que pode resultar na retirada da colecção de uma biblioteca, neste caso da Biblioteca do ICS/UL, de itens que não cumpram uma série de critérios determinados pela mesma instituição. O objectivo deste procedimento é poder oferecer aos utilizadores uma colecção melhor organizada, mais coerente, que cumpra melhor a missão da biblioteca, e como consequência, que preencha melhor as necessidades daqueles. Trata-se de uma operação habitual e periódica e não significa obrigatoriamente a eliminação permanente de determinados itens.

Motivos

Os principais motivos que devem levar a Biblioteca em causa a realizar um desbaste prendem-se com a modernização da colecção do ponto de vista intelectual, a sua adequação às constantes mudanças das necessidades de leitura dos utilizadores, o melhoramento do acesso aos documentos e a necessidade objectiva de reestruturar e libertar espaço nas estantes e no depósito da Biblioteca.

Plano de desbaste

Antecedendo cada procedimento de desbaste, dever-se-á elaborar um plano de desbaste. Elaborado de acordo com a política de desbaste, este documento descreverá minuciosamente todas as etapas do desbaste, calendarizando-as e antecipando os recursos necessários em cada fase.

Exclusões

Serão sempre excluídos de qualquer desbaste itens que pertençam a fundos patrimoniais. Assim, excluem-se as obras integradas no Fundo Sedas Nunes, Fundo Gulbenkian e Reservados. O mesmo se aplica aos itens que não cumpram todos os critérios de desbaste estabelecidos neste documento.

Crítérios

Ter-se-ão sempre em conta os seguintes critérios, a aplicar na ordem indicada:

- Utilização;
- Itens sem requisições desde 2001;
- Autoria e edição, ou seja, itens cujo autor não tenha tido ligação ao ICS e cujo editor não seja a Imprensa de Ciências Sociais;
- Obsolescência, itens que tenham sido editados anteriormente a 1994 e posteriormente a 1958;
- Data de aquisição, itens que tenham sido adquiridos anteriormente a 2001.

Assim, só poderão ser alvo de desbaste obras que combinem todas as situações anteriormente descritas.

Em relação às obras de referência, como dicionários e enciclopédias, as edições mais antigas serão substituídas por novas assim que possível. A manutenção na colecção das restantes obras de referência, cuja edição tenha mais de 15 anos, será avaliada pela comissão de avaliação.

Comissão de avaliação

Constituir-se-á uma comissão de avaliação, entre o corpo de investigadores do ICS, para aprovar ou não, individualmente, o desbaste dos itens que tenham sido seleccionados. As únicas excepções são os títulos redundantes, cujos exemplares extra são automaticamente desbastados, salvaguardando-se um exemplar para ser avaliado pela referida comissão.

Destino das obras desbastadas

Existem variadas soluções conforme os casos apresentados. Os itens em lista de desbaste que a comissão de avaliação ache pertinente salvaguardar serão conservados em depósito. Os restantes documentos serão cedidos gratuitamente às seguintes instituições, pela ordem indicada: Bibliotecas Universitárias da Universidade de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, outras Bibliotecas com protocolo de Empréstimo Inter-Bibliotecas. Caso ainda subsistam obras, deverão ser vendidas aos membros do ICS, utilizadores da Biblioteca e ao público em geral. Finalmente, em último recurso, se nenhuma das soluções apontadas for suficiente, ou no caso de itens extremamente

deteriorados, os documentos serão eliminados fisicamente, de acordo com as melhores práticas ambientais existentes.

Avaliação do desbaste

Terminado todo este processo, dever-se-á avaliar como decorreu. A avaliação resultará na elaboração de um documento, que deverá ser disponibilizado a todos os utilizadores que requeiram a sua consulta. Esse documento incluirá o número de documentos retirados da colecção, detalhando os seus diferentes destinos, qual a percentagem de documentos desbastados e a relação entre o desbaste e as aquisições. O documento deverá também incluir dados de carácter mais técnico, nomeadamente, todos os recursos dispendidos nesta operação, como o número de funcionários envolvidos e a duração do mesmo. Deve ainda avaliar-se se existiu um aumento da circulação dos documentos da Biblioteca em relação ao total dos itens disponíveis. Para finalizar, a Biblioteca deverá reter uma lista de todos os títulos desbastados e respectivo destino.